



**Carla Manuela  
Pereira Monteiro**

**SOBRE-ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS  
PORTUGUESAS**



**Carla Manuela  
Pereira Monteiro**

## **SOBRE-ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Anabela Botelho Veloso, Professora catedrática do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

*Uma vida fácil nada nos ensina. O que conta é o que aprendemos e como crescemos.*

Richard Bach

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno**  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Lígia Maria Costa Pinto**  
professora associada com agregação da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

**Prof. Doutora Anabela Botelho Veloso**  
professora catedrática da Universidade de Aveiro

## agradecimentos

Esta dissertação é o término de mais uma etapa que envolveu esforço pessoal, determinação e força de vontade. Contudo, esta caminhada só foi possível com o apoio que recebi e a quem estou imensamente grata. Começo por agradecer à Doutora Clara Magalhães, coordenadora do GEACE-UA, ao Doutor Fernando Viana, diretor do CIAB, ao Doutor António Sérgio Silva e Doutora Isabel Afonso do CICAP, e à Doutora Sandra Lopes, Doutor João Calado e Doutor João Pedro do GOEC, pela autorização à recolha dos dados relativos aos processos dos respetivos gabinetes.

Não poderia esquecer-me de quem foi fundamental para que o trabalho de campo fosse possível, os inquiridos, que todo o respeito merecem. Um reconhecimento especial a todos os consumidores, endividados e sobre-endividados, que procuraram ajuda junto dos gabinetes da RACE expondo as suas dificuldades, por vezes em situação de muito sofrimento.

Agradeço todas as dificuldades com que me deparei, pois delas ganhei uma vontade de superar os obstáculos, de querer fazer melhor, de provar a mim própria que era capaz de ir mais além. E porque as facilidades não são um impedimento de caminhar e porque tudo que é fácil não é desafiante, não podia deixar de fazer este agradecimento.

Quero também agradecer a todos os docentes que lecionaram a parte curricular do mestrado, pelas experiências pedagógicas de relevante interesse e pelos ensinamentos que me permitiram conduzir este trabalho.

Para o fim deixo os reconhecimentos que me são mais difíceis fazer pois nunca conseguirei agradecer o suficiente.

À minha orientadora, Professora Doutora Anabela Botelho Veloso, agradeço a disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, a crítica construtiva, o conselho certo, a disponibilidade, os esclarecimentos, a confiança que sempre me transmitiu, o permanente estímulo, a revisão crítica de texto, a incansável orientação, a simpatia demonstrada e o contributo dado para a conclusão da dissertação. É com muito orgulho que digo: Foi um privilégio enorme trabalhar com uma profissional de excelência como a professora Anabela. Obrigada pela ajuda e por tudo que me ensinou.

À Professora Joana Costa começo por agradecer o apoio enquanto docente de econometria aplicada, pois reconheço que foi incansável no esclarecimento das inúmeras dúvidas. Além disso, agradeço ainda pela confiança que sempre depositou em mim, pelas palavras de conforto nos momentos menos bons, pela disponibilidade, pelos conselhos e por toda ajuda neste trabalho. Obrigada ainda pelo que me ensinou e por um dia se ter cruzado na minha vida e nela permanecido.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes na minha vida e de quem tenho o maior orgulho, agradeço o apoio, a compreensão, a amizade, a confiança e as oportunidades de educação que sempre me proporcionaram. A todos, reitero o meu apreço e a minha gratidão.

**palavras-chave**

Sobre-endividamento, famílias, crédito, incumprimento, sistema financeiro

**resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores explicativos do sobre-endividamento das famílias portuguesas e a respetiva gravidade. A sua identificação será fundamental para que possam ser estudadas e implementadas medidas de prevenção e combate a esta problemática. Os principais resultados evidenciam que o tipo de instituição bancária, a priorização dos créditos, a disponibilidade financeira do consumidor e o rendimento são os determinantes de maior relevância na probabilidade e extensão do sobre-endividamento. Outros dos aspetos de destaque é que as famílias lisboetas são as que apresentam uma maior extensão de sobre-endividamento, destacando-se, portanto, o impacto da urbanidade no sobre-endividamento.

**keywords**

Overindebtedness, households, credit, default, financial system

**abstract**

The present research aims to analyse the underlying determinants of the overindebtedness of the Portuguese families and its extent. The purpose of the research is to identify and develop a systematic framework to prevent and fight this major problem.

The empirical research postulates the significance of the financial institution, credit priorities, consumers' financial endowments as well as budget constraints and their effect over the state of indebtedness and its extent. The regional approach is also exploited, as this phenomenon tends to be associated with urbanity; therefore, Lisbon households are presented as being more prone to fall into overindebtedness.

## Índice

Índice de figuras .....	iii
Índice de tabelas .....	iii
Índice de gráficos.....	iii
CAPÍTULO I – Sobre-endividamento das famílias: uma realidade atual .....	1
1.0. Introdução .....	1
1.1. Mercado de crédito português.....	2
1.2. Endividamento sustentável versus sobre-endividamento .....	7
1.2.1. Do endividamento sustentável ao incumprimento.....	7
1.2.1.1. O papel do crédito no crescimento económico e no bem-estar .....	11
1.2.2. O sobre-endividamento .....	14
1.2.2.1. Razões históricas do sobre-endividamento e suas implicações .....	15
1.2.2.2. Enquadramento do sobre-endividamento atual e fatores conexos.....	17
CAPÍTULO II – Enquadramento teórico e literatura existente: a problemática do Sobre-endividamento .....	19
2.0. Introdução .....	19
2.1. Análise conceptual do sobre-endividamento .....	19
2.1.1. Determinantes do sobre-endividamento .....	22
2.1.2. Consequências do sobre-endividamento.....	25
2.2. Prevenção e combate do sobre-endividamento.....	28
Capítulo III – Análise empírica .....	31
3.0. Introdução .....	31
3.1. Fonte dos dados .....	31
3.2. Análise exploratória dos dados .....	39
3.2.1. Perfil do consumidor endividado .....	39
3.2.1.1. Características sociodemográficas .....	40



3.2.1.1.1. Género.....	40
3.2.1.1.2. Idade.....	41
3.2.1.1.3.Estado civil .....	42
3.2.1.1.4. Habilitações literárias .....	42
3.2.1.1.5. Dimensão do agregado familiar .....	43
3.2.1.1.6. Situação profissional.....	45
3.2.1.2. Características económicas .....	46
3.2.1.2.1. Rendimento líquido mensal do agregado familiar .....	46
3.2.2. Distribuição geográfica.....	47
3.2.3. Disponibilidade financeira do consumidor .....	48
3.2.4. Constrangimentos financeiros do consumidor.....	49
3.1.5. Distribuição do endividamento .....	50
3.2.5.1. Número de créditos.....	50
3.2.5.2. Créditos em incumprimento.....	51
3.2.5.3. Distribuição da dívida no sistema financeiro.....	53
3.2.6. Mecanismos de combate ao sobre-endividamento .....	56
3.3. Fatores explicativos do sobre-endividamento.....	58
Capítulo IV – Conclusão .....	65
Bibliografia.....	71
Anexo I – Ficha técnica dos Gabinetes GEACE-UA e GOEC .....	77

## **Índice de figuras**

<b>Figura 1</b> - Determinantes do sobre-endividamento .....	22
<b>Figura 2</b> - Consequências do Sobre-endividamento .....	26
<b>Figura 3</b> - Medidas de Prevenção e Tratamento do Sobre-endividamento .....	29
<b>Figura 4</b> - Regime de Prevenção e Gestão do Incumprimento .....	34
<b>Figura 5</b> - Situações de Incumprimento: PERSI.....	36

## **Índice de tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Amostra de dados por gabinete .....	32
<b>Tabela 2</b> – Percentagem de sobre-endividados por género .....	41
<b>Tabela 3</b> - Idade do titular.....	41
<b>Tabela 4</b> - Habilitações literárias dos consumidores .....	43
<b>Tabela 5</b> - Dimensão dos agregados familiares dos consumidores .....	44
<b>Tabela 6</b> - Número de filhos a cargo .....	44
<b>Tabela 7</b> - Rendimento Líquido Mensal do agregado familiar.....	47
<b>Tabela 8</b> – Repartição dos consumidores consoante os estratos de rendimento .....	49
<b>Tabela 9</b> - Principais razões para as dificuldades financeiras dos consumidores.....	50
<b>Tabela 10</b> - Número de obrigações contratuais dos consumidores.....	51
<b>Tabela 11</b> - Número de créditos em incumprimento .....	52
<b>Tabela 12</b> - Peso genérico das Instituições de Crédito .....	55
<b>Tabela 13</b> – Maturidade do contrato vs incumprimento.....	55
<b>Tabela 14</b> - Estimativas dos efeitos marginais no modelo Hurdle .....	64

## **Índice de gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Crédito concedido por finalidade (€) .....	4
<b>Gráfico 2</b> - Número de contratos e crédito concedido (€) .....	5
<b>Gráfico 3</b> - Crédito automóvel (número de contratos e montante).....	6
<b>Gráfico 4</b> - Crédito à habitação e conexo (número de contratos e montante) .....	7

<b>Gráfico 5 - Endividamento das famílias em percentagem do rendimento líquido disponível .....</b>	<b>9</b>
<b>Gráfico 6 - Crédito a particulares e percentagem do crédito vencido em Portugal .....</b>	<b>10</b>
<b>Gráfico 7 - Consumidores da amostra .....</b>	<b>39</b>
<b>Gráfico 8 - Distribuição dos consumidores por género .....</b>	<b>40</b>
<b>Gráfico 9 – Distribuição dos consumidores por estado civil.....</b>	<b>42</b>
<b>Gráfico 10 - Distribuição dos consumidores por Situação profissional .....</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 11 - Tipo de emprego dos consumidores.....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 12 - Distribuição geográfica da amostra.....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 13 - Regularidade das prestações do crédito à habitação .....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico 14 - Distribuição da dívida pelos bancos.....</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 15 – Recursos utilizados pelos consumidores para a resolução da sua situação financeira: GEACE-UA.....</b>	<b>57</b>
<b>Gráfico 16 - Recursos utilizados pelos consumidores para a resolução da sua situação financeira: GOEC .....</b>	<b>58</b>

## **Lista de acrónimos**

<b>ALD</b>	Aluguer de Longa Duração
<b>CIAB</b>	Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo de Braga
<b>CICAP</b>	Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
<b>FIIAH</b>	Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional
<b>GAS</b>	Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado
<b>GEACE-UA</b>	Gabinete Extrajudicial de Apoio ao Consumidor Endividado – Universidade de Aveiro
<b>GOEC</b>	Gabinete de Orientação ao Endividamento do Consumidor
<b>IPRAM</b>	Serviço de Defesa do Consumidor do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais da Madeira
<b>ISFF</b>	Inquérito à Situação Financeira das Famílias
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>PARI</b>	Plano de Ação para Risco de Incumprimento
<b>PERSI</b>	Plano Extrajudicial de Resolução de Situações de Incumprimento
<b>RACE</b>	Rede de Apoio ao Consumidor Endividado
<b>SFAC</b>	Sociedade Financeira para Aquisição de Crédito
<b>UE</b>	União Europeia

## **CAPÍTULO I – Sobre-endividamento das famílias: uma realidade atual**

### **1.0. Introdução**

A problemática do sobre-endividamento das famílias tem originado uma crescente atenção da comunidade científica, como visível pelos vários trabalhos/relatórios empíricos que têm sido realizados e que se encontram disponíveis à comunidade internacional.

Em consequência da desregulamentação financeira verificada, estas últimas décadas trouxeram mudanças significativas no consumo privado e na poupança. Tais alterações refletiram-se, por um lado, no aumento das taxas de crescimento de consumo e do endividamento do consumidor e, por outro lado, na diminuição do nível de poupanças das famílias (Betti et al., 2007).

Além disso, a industrialização e os rápidos avanços tecnológicos trouxeram consigo intensas alterações no consumo: passou a existir uma infinidade de escolhas de bens e serviços proporcionadas aos consumidores; consumir passou a ser mais acessível em consequência da produção em massa e da competição entre empresas; e, verificou-se ainda a expansão do mercado de crédito, passando este a fornecer diversos produtos financeiros de fácil aquisição por parte do consumidor. Deste modo, o recurso ao crédito veio permitir aos indivíduos e às famílias antecipar e melhorar o seu bem-estar e aumentar as realizações pessoais através da aquisição de bens e serviços.

Apesar dos aspetos positivos do recurso ao crédito, nos últimos anos verificou-se o aumento excessivo dos níveis de endividamento com o aparecimento de novas instituições de crédito<sup>1</sup>, designadamente as empresas de locação financeira e as sociedades financeiras para aquisição de crédito (SFACs), que acabam por intensificar os níveis de oferta de créditos ao consumo. De facto, a competitividade feroz entre estas sociedades acabou por desencadear novas estratégias de *marketing* e novos produtos financeiros, fazendo com que as ofertas de crédito se tornassem cada vez mais apelativas ao consumidor.

Com um presente claramente afamado por uma conjuntura económica extremamente intransigente e desenvolvida, as famílias encontram-se cada vez mais expostas a vulnerabilidades financeiras e ao aumento de despesas em bens essenciais, o que perspetiva um agravamento na solvabilidade das mesmas.

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho utilizar-se-ão, além deste, os termos entidades de crédito e entidades bancárias de modo a evitar a repetição contínua desta expressão.

O presente capítulo começa por analisar o mercado de crédito português e as razões que levaram à passagem do endividamento sustentável ao sobre-endividamento. De seguida procura-se perceber qual o papel do crédito no crescimento económico e no bem-estar e, por último, são analisadas as razões históricas do sobre-endividamento e as suas implicações e é efetuado o enquadramento do sobre-endividamento atual e os fatores conexos.

### **1.1. Mercado de crédito português**

Tal como na maioria dos outros países, o mercado de crédito português divide-se em dois principais tipos de créditos: o crédito à habitação e o crédito ao consumo. O primeiro abarca o crédito à aquisição de imóveis e o crédito conexo (usualmente conhecido por “multiusos” ou “multiopções”). O segundo subdivide-se em crédito pessoal, crédito automóvel e crédito *revolving* (Banco de Portugal, 2012).

O crédito à habitação diz respeito a uma linha de crédito destinada à aquisição, construção e realização de obras na habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento. Esta linha de crédito pode ainda ser utilizada para a aquisição de terrenos para a construção de habitação própria. É um crédito de longo-prazo e o imóvel adquirido com o respetivo crédito serve de garantia (hipoteca).

Relativamente ao crédito ao consumo pode salientar-se que este compreende o crédito para aquisição de bens ou serviços, tendo como principal garantia os bens e os rendimentos do mutuário e é um crédito de curto-prazo. Das diferentes tipologias de crédito ao consumo apresentadas, tem-se que:

- O crédito pessoal é uma modalidade de crédito que o cliente pode utilizar para diferentes finalidades, tais como aquisição de equipamentos para o lar ou energias renováveis, serviços de saúde, educação, operações de locação financeira de equipamentos ou serem contratados sem uma finalidade específica. Esta tipologia pode ainda incluir os contratos de crédito consolidado sem hipoteca, que englobam os diferentes créditos do consumidor, com a finalidade de reduzir os seus encargos financeiros. O crédito pessoal dispõe de prazo, taxa pré-estabelecida, montante e modalidade de reembolso definidos no momento de celebração do contrato.

- O crédito automóvel diz respeito ao financiamento da aquisição de veículos automóveis novos ou usados e abrange as seguintes modalidades: o aluguer de longa

duração (ALD), locação financeira (*leasing*), contratos com reserva de propriedade do veículo e contratos com outro tipo de garantias ou sem garantias. Tal como é verificado no crédito pessoal, caracteriza-se por deter um plano financeiro previamente definido.

- Por último, o crédito *revolving* caracteriza-se pela existência de um *plafond* de crédito e por possuir planos de amortização da dívida flexíveis. Este engloba os cartões de crédito, as linhas de crédito e as facilidades de descoberto e caracteriza-se por ter uma duração indeterminada. Nestes casos, o consumidor pode utilizar repetidamente o valor do crédito máximo disponibilizado (*plafond*) mediante a amortização dos valores em dívida.

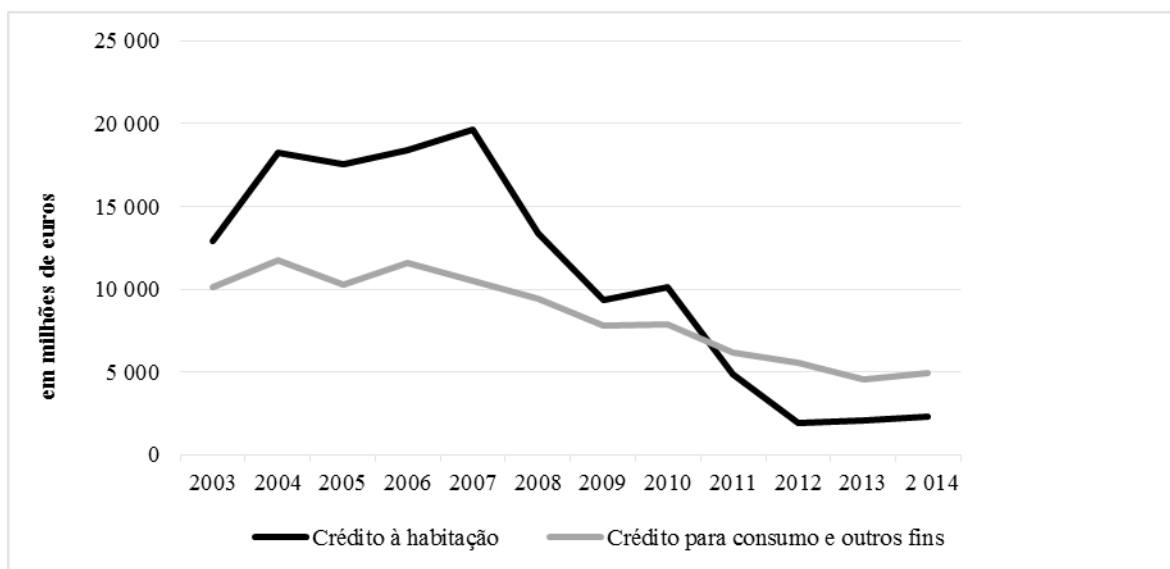
A presente dissertação tem como foco o sobre-endividamento das famílias portuguesas com uma base de dados própria que reporta ao período entre 2013 e 2015. Neste sentido, os dados do Banco de Portugal e Pordata a serem utilizados na caracterização do mercado de crédito português, por forma a comparar, compreendem o período de 2011-2014 que são os dados disponíveis mais recentes.

Com base no gráfico seguinte denota-se que entre 2003 e 2007 se verificou um ligeiro crescimento do montante de empréstimo à habitação concedido a particulares e, desde então, o declínio foi a evidência. Este crédito apresenta valores superiores ao crédito para consumo e outros fins até meados de 2011 e, posteriormente, a situação é invertida.

De acordo com Pedreira (2013), a fase de grande crescimento do crédito à habitação em Portugal pode ser explicado pela compra de casas a valores muito elevados (consequência de forte especulação imobiliária) e financiadas a cem por cento (ou mais), por uma banca extremamente permissiva.

No caso do crédito para consumo e outros fins é de salientar que genericamente o montante de empréstimo sofreu uma diminuição ao longo do período em análise. A tendência mais recente de diminuição de ambos os créditos pode ser o resultado da existência, cada vez mais vinculativa, de restrições de crédito.

**Gráfico 1** - Crédito concedido por finalidade (€)



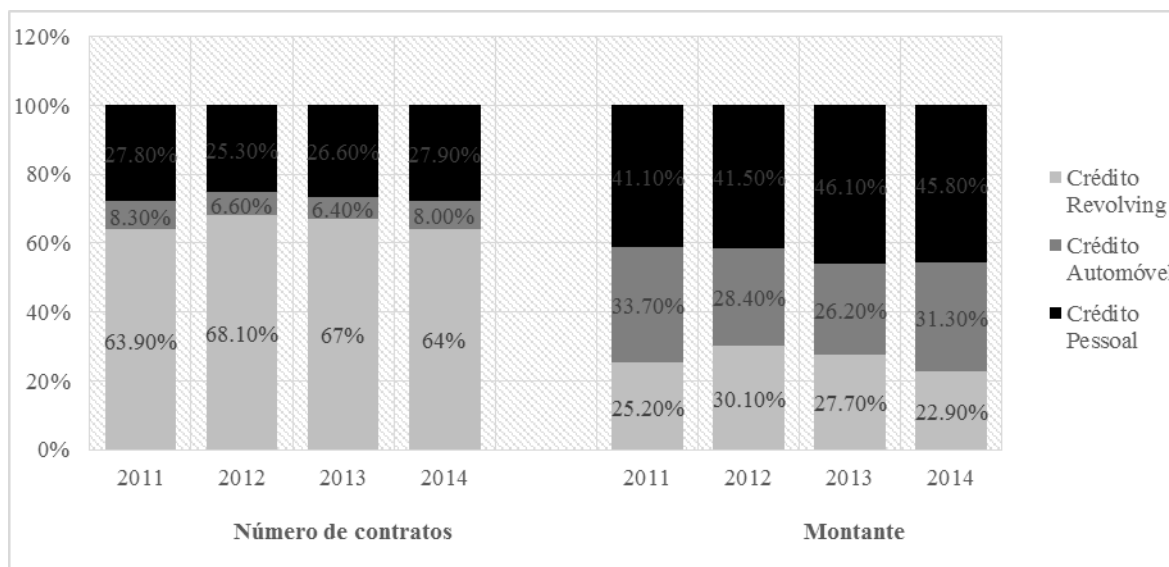
**Fonte:** Elaboração própria com dados do Pordata

Quando analisado isoladamente o crédito ao consumo (ver Gráfico 2), conclui-se que em 2014 o crédito pessoal reduziu o seu peso no total do montante concedido com um decréscimo de 0.3 pontos percentuais (45.8 – 46.1) face a 2013. Em termos de número de contratos celebrados, foi notório um ligeiro aumento face a 2013 (1.3 pontos percentuais). No que respeita ao crédito automóvel, pode destacar-se como sendo o tipo do crédito ao consumo que apresentou maior crescimento em 2014, face a 2013, tanto em termos de montante como em número de contratos celebrados.

Finalmente, é importante destacar, por um lado, o crédito *revolving* como o que apresenta maior peso em termos de número de contratos celebrados face aos restantes dois créditos e, por outro lado, o que apresenta menor montante. Apesar de ser o crédito que apresenta taxas de juro mais elevadas, o crédito *revolving* destaca-se como sendo a preferência dos consumidores.



**Gráfico 2 - Número de contratos e crédito concedido (€)**

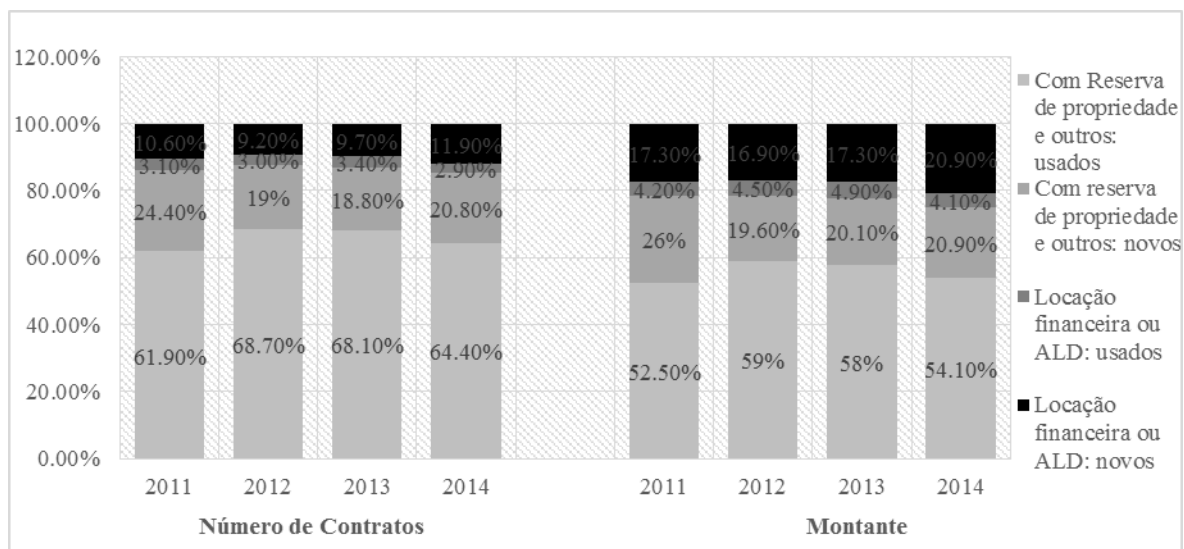


**Fonte:** Elaboração própria com dados do Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho 2013/4

Ao analisar-se as diferentes modalidades do crédito automóvel (Gráfico 3), destaca-se o aumento da concessão de crédito para aquisição de veículos novos em detrimento do crédito destinado à aquisição de veículos usados. O peso do montante de crédito concedido passou de 37.4%, em 2013, para os 41.8% no ano seguinte, movimento contrário ao verificado entre 2011 e 2012. Apesar do panorama recessivo vivenciado nos últimos anos, mais de um quarto dos portugueses com crédito automóvel optaram pela aquisição de veículos novos.

À semelhança do verificado em anos anteriores, o crédito com reserva de propriedade e outros, para a compra de veículos usados, continua a ocupar o lugar de destaque no crédito automóvel concedido, quer em termos de número de créditos contratados quer em termos de montante de crédito concedido (64.4% e 54.1%, respetivamente).

**Gráfico 3 - Crédito automóvel (número de contratos e montante)**

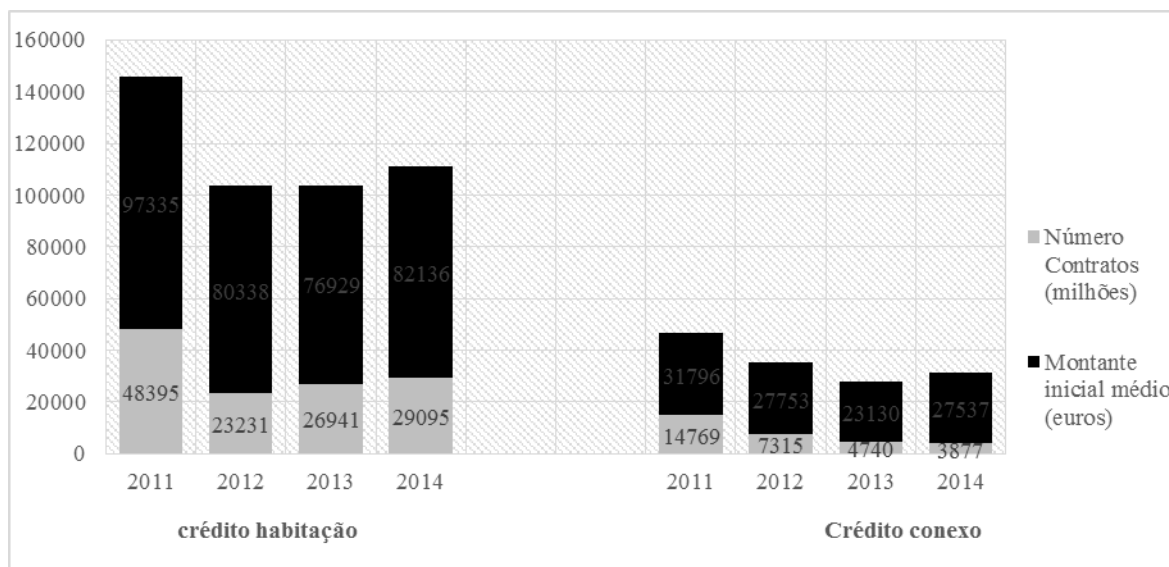


**Fonte:** Elaboração própria com dados dos Relatórios de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho 2013/4

Quando analisados os créditos à habitação e conexo, com base no gráfico seguinte, é notório que o maior peso se encontra no crédito à habitação tanto em termos de número de contratos como em termos de montante inicial concedido.

No ano de 2014, foram registados 29095 contratos de crédito à habitação com um montante inicial médio de 82136 euros. Face ao ano de 2013, o montante inicial médio concedido aumentou em 6.3 pontos percentuais e o número de contratos celebrados aumentou 7.4 pontos percentuais. No que diz respeito ao crédito conexo, realizaram-se 3877 contratos, tendo resultado numa quebra de 22.3 pontos percentuais face a 2013. O seu valor inicial médio foi de 27537 euros refletindo um crescimento de 16 pontos percentuais comparativamente a 2013.

**Gráfico 4 - Crédito à habitação e conexo (número de contratos e montante)**



**Fonte:** Elaboração própria com dados dos Relatórios de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho 2013/4

Da crise económica e financeira vivenciada por Portugal nos últimos anos resultaram elevados níveis de desemprego, cortes salariais e uma política de austeridade rígida que favoreceu o aumento das dificuldades financeiras das famílias. Por sua vez, verificou-se uma perda de confiança por parte das instituições de crédito que se refletiu no decréscimo do nível de oferta de crédito (habitação e consumo). Embora com mais restrições no crédito, como visível pelos gráficos anteriores, as famílias continuaram a financiar-se junto da banca.

## **1.2. Endividamento sustentável versus sobre-endividamento**

### **1.2.1. Do endividamento sustentável ao incumprimento**

Segundo Frade (2007), o endividamento corresponde ao *saldo devedor de um indivíduo ou agregado familiar*. Quando esse saldo é o resultado de mais do que um compromisso de crédito a favor dos mesmos (indivíduo ou agregado familiar) é trivial utilizar-se o termo multiendividamento. O nível de endividamento, desde que sustentável, contribui favoravelmente para o bem-estar social e para a economia, dado que o crédito permite que os consumidores paguem as suas despesas atuais utilizando os seus rendimentos futuros (Haas, 2006).

A base de suporte teórico para explicar o comportamento do consumidor perante o consumo, as decisões de endividamento e de poupança, está associada às teorias

económicas do rendimento permanente e ciclo de vida (Friedman (1957) e Modigliani e Brumberg, (1954), respetivamente). De acordo com estas teorias, os consumidores tendem a delinear o consumo tendo em conta o rendimento esperado, a endividar-se numa idade jovem, a poupar durante a vida ativa e a utilizar essas poupanças na fase da reforma, conseguindo assim manter níveis de vida estáveis ao longo do tempo.

De facto, a entrada dos jovens na vida adulta acaba por gerar uma maior procura pelo crédito dado os custos existentes com a educação e aquisição de habitação, por exemplo. Prevê-se que esses custos sejam pagos durante a vida ativa, onde se pressupõe existência de equilíbrio financeiro, isto é, receitas superiores às despesas. Contudo, é importante salientar que a instabilidade laboral vivenciada acaba, muitas vezes, por degradar as condições financeiras dos indivíduos. Além disso, a esperança média de vida tem aumentado, trazendo consigo novas necessidades ligadas à qualidade de vida dos idosos e exigências financeiras inesperadas que influenciam o planeamento da reforma (Frade, 2007).

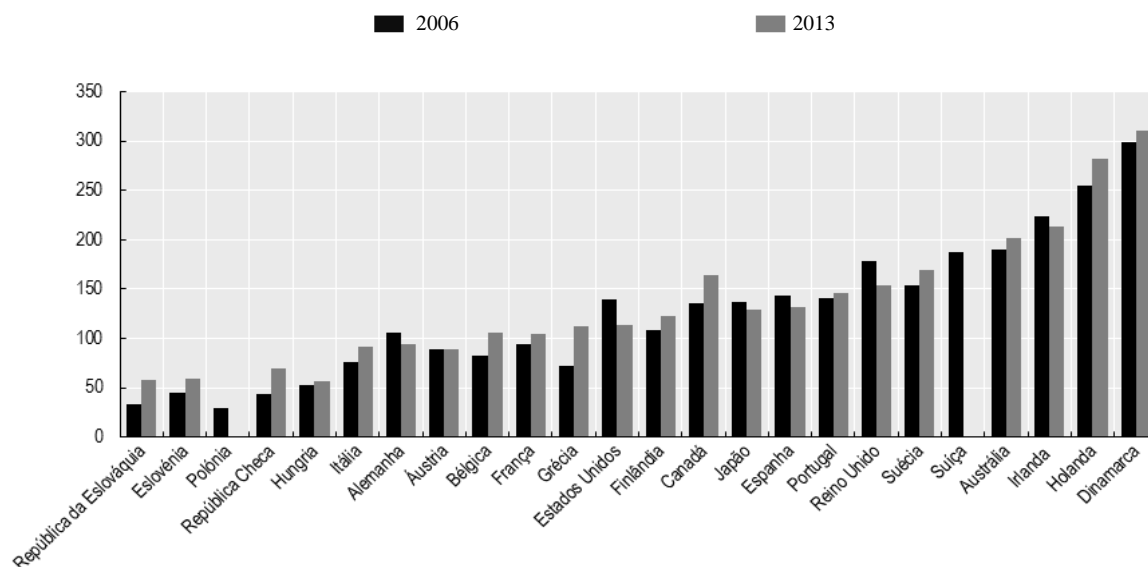
Apesar disto, é importante referenciar a existência de evidência que sugere que os indivíduos (ou famílias) sofrem de “exponential growth bias”<sup>2</sup> e nem sempre tomam decisões financeiras totalmente racionais<sup>3</sup>, como salientam Stango e Zinman (2009) e Campbell et al. (2011), respetivamente. Por exemplo, de acordo com Ottaviano e Vandone (2010), as decisões de endividamento são largamente influenciados pela impulsividade dos indivíduos.

A democratização do crédito na Europa e nos EUA levou a um crescimento acentuado no nível de endividamento das famílias, situação que se tem tornado cada vez mais preocupante.

---

<sup>2</sup> O “exponential growth bias” faz com que os consumidores sistematicamente cometam o erro de subestimar as taxas de juro dos empréstimos, no curto prazo, e sobrestimar os benefícios futuros de longo prazo (tais como as poupanças) - Stango e Zinman (2009).

**Gráfico 5** - Endividamento das famílias em percentagem do rendimento líquido disponível



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Com base no gráfico 5, verifica-se que o cenário de endividamento atual retrata níveis de excesso de endividamento por parte das famílias em grande parte dos países da OCDE. De entre estes, apenas a República da Eslováquia, a Eslovénia, a Polónia, a República Checa e a Hungria apresentam taxas de endividamento relativamente reduzidas. Nos demais, o endividamento é muito próximo ou superior a 100%, chegando mesmo a atingir valores superiores a 300%, como é o caso da Dinamarca.

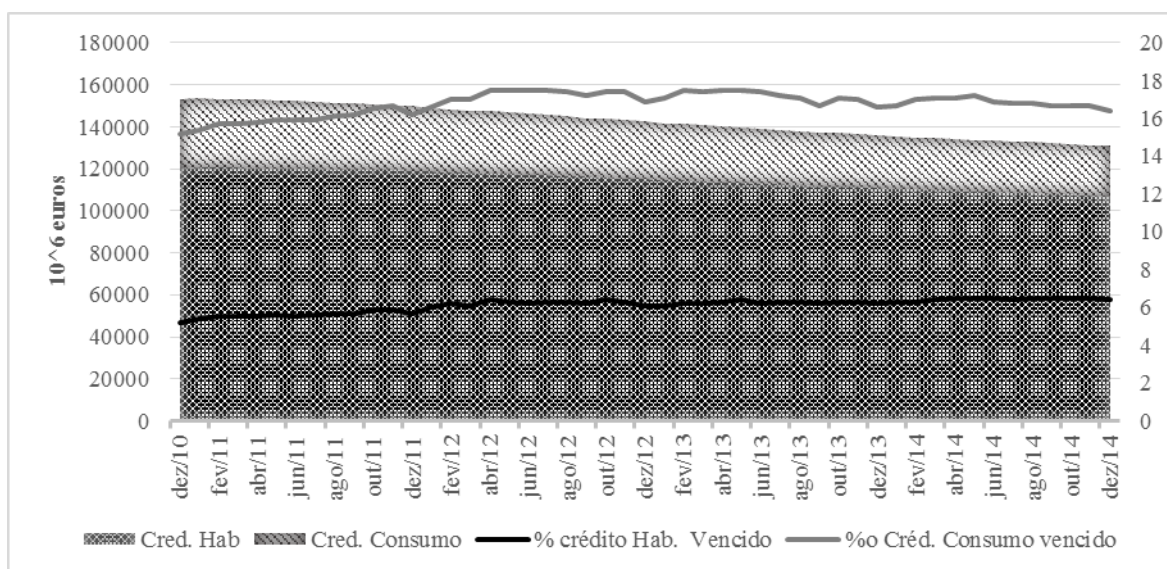
Dada a temática do presente trabalho e o nível de endividamento das famílias portuguesas é importante analisar detalhadamente este cenário. Falar de endividamento das famílias em percentagem do seu rendimento disponível é o mesmo que falar da taxa de esforço<sup>4</sup> das mesmas, isto é, da proporção de rendimento do agregado familiar afeto ao pagamento dos seus encargos financeiros.

Deste modo, perante uma taxa de esforço na ordem dos 100%, torna-se quase inevitável que se verifiquem situações de incumprimento, ou seja, o não pagamento das responsabilidades de crédito por parte do devedor.

<sup>3</sup> As falhas do mercado no financiamento do consumo são tanto de carácter tradicional (assimetrias de informação) como comportamental (limitações cognitivas e *biases* – que levam a que nem sempre sejam tomadas decisões financeiras totalmente racionais) – Campbell et al. (2011).

<sup>4</sup> A taxa de esforço permite avaliar a capacidade financeira do agregado familiar em cumprir com as responsabilidades de crédito assumidas com o recurso a empréstimos. <<http://www.bportugal.pt/pt-pt/glossarios/paginas/glossario.aspx?letter=T>>, acedido em 31 de Março de 2015.

**Gráfico 6 - Crédito a particulares e percentagem do crédito vencido em Portugal**



**Fonte:** Elaboração própria com dados do Banco de Portugal

De acordo com o gráfico 6, é verificado que as taxas de incumprimento em Portugal têm aumentado ao longo do tempo em ambos os créditos (habitação e consumo). Os níveis de incumprimento do crédito ao consumo são bastante superiores aos apresentados pelo crédito à habitação, demonstrando que as famílias dão prioridade em cumprir com este último.

Perante este panorama, é fácil a perceção de que o aumento do risco de crédito é o resultado dos crescentes níveis de incumprimento das prestações com as respetivas instituições de crédito.

De acordo com Jappelli et al. (2002) o incumprimento pode ser distinguido em dois tipos, nomeadamente o *incumprimento estratégico* e o *incumprimento accidental*. O primeiro caracteriza-se pela situação em que o devedor não paga, embora seja potencialmente solvente. O segundo diz respeito à situação em que o devedor está impossibilitado de cumprir com as suas obrigações financeiras, quer por má gestão do orçamento ou por situações imprevistas como reduções salariais ou desemprego.

No sentido de perceber quais as características económicas e sociodemográficas das famílias portuguesas que se encontram relacionadas com uma maior probabilidade de incumprimento, Costa (2012) efetuou um estudo empírico com base nos dados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) 2010. Os resultados do seu estudo permitiram constatar que a existência de alterações desfavoráveis na situação financeira

das famílias contribui significativamente para o aumento da probabilidade de incumprimento. Além disso, verificou que o aumento dessa probabilidade será maior nas famílias com crianças, com níveis de riqueza e rendimento reduzidos, níveis de despesa e dívida elevados, quando o indivíduo de referência (i.e, o/a “chefe” da família) está desempregado ou o mesmo possui um nível de escolaridade inferior ao ensino superior.

A evidência empírica demonstrada por Gathergood (2012), tendo por base um conjunto de 1234 famílias do Reino Unido, revelou que a falta de autocontrolo e o analfabetismo financeiro dos indivíduos e famílias estão associados positivamente com o não pagamento (incumprimento) das responsabilidades de crédito.

O incumprimento nem sempre resulta de uma incapacidade do devedor para o fazer. Nos casos em que essa situação é verificada está-se perante um caso de sobre-endividamento associado ao incumprimento. Da mesma forma, nem sempre um sobre-endividado é alguém que deixa de cumprir com as suas responsabilidades de crédito, pois pode conseguir os recursos necessários junto de terceiros, frequentemente junto de familiares e amigos.

Tal distinção é de relevante interesse para uma melhor compreensão do conceito cuja problemática constitui o foco central desta dissertação.

#### **1.2.1.1. O papel do crédito no crescimento económico e no bem-estar**

A palavra crédito deriva do termo latino *creditu* que significa confiança. Um contrato de crédito tem por base a confiança entre as duas partes, isto é, entre quem concede e quem contrai crédito. Tal relação é objeto de suporte jurídico (MacDonal e Gastmann, 2001).

O crédito resulta da confiança existente entre agentes, e, no âmbito do contrato um dos agentes aceita ceder a fruição de capital contra o compromisso de restituição do outro, convencionando-se as circunstâncias de tempo, lugar e modo que obrigam o devedor.

Esta relação económica advém da antiguidade Grega e Romana. Na Grécia, a figura do crédito era repudiada bem como a cobrança de juros entre cidadãos. Os Romanos tinham um entendimento similar, repudiando esta forma de acumulação, e, curiosamente, nos seus cânones do direito espelhados nas Doze Tábuas (450 a.C.) estipularam meticulosamente contratos bancários, nomeadamente o comodato e o mútuo, e de depósito (regular e irregular). Mais adiante, quando analisada a influência religiosa na conceção do

crédito, concretamente no Judaísmo, no Islão e no Catolicismo (Backhaus, 2012), verificou-se que no primeiro caso, o crédito é uma figura recorrente na sociedade, sendo aceite enquanto contrato bem como a cobrança de juros justos. No segundo caso, verifica-se um repúdio por este tipo de figura, sendo aceite que a riqueza acumulada deveria ser repartida. No Catolicismo, o crédito tinha aceitação generalizada, sendo contudo reprovável a cobrança de juros ditos usurários (Backhouse, 2002).

Pode por isso constatar-se da antiguidade desta forma de fruir de riqueza de outrem contra a respetiva restituição findo o prazo acordado, e, é inquestionável o seu papel no desenvolvimento dos povos e na melhoria do seu nível de vida. Ainda assim, o crédito surge sempre ligado não apenas ao sistema bancário mas igualmente ao sistema judicial.

Contudo as origens do contrato de crédito formal, escrito e com enquadramento jurídico, remontam a meados do séc. XVII, altura em que o empréstimo a juros foi legalizado em países com tradições católicas e, um século depois, reconhecido em países de tradições protestantes. O juro passou a assumir uma questão civil contratual (Gelpi e Juloen-Labrbruyère, 2000). Ainda assim, só no século XIX é que o recurso ao crédito se intensificou na Europa e principalmente nos Estados Unidos, pioneiro na criação de condições económicas propícias ao consumo em massa e à concessão de crédito a particulares. Uma drástica mudança nos hábitos de consumo e na forma de os financiar foi notória no mercado americano resultado do aparecimento de novas entidades de crédito e estabelecimentos comerciais que permitiam o pagamento em prestações.

Em Portugal, só na década de noventa se verificou a expansão do crédito apoiada pela liberalização dos mercados financeiros<sup>5</sup> e pelo aumento do rendimento familiar (Marques et al., 2000).

Do crédito emana naturalmente que uma das partes seja endividada, sem que contudo isso obste ao desenvolvimento das atividades correntes dos sujeitos uma vez que a relação está contratualizada de tal forma que o mutuário consegue cumprir sem que lhe possa ser algo de mais exigido pelo mutuante.

Neste princípio, o crédito constituiu um dos motores mais possantes do desenvolvimento da economia moderna sustentando elevadas taxas de crescimento económico. Consumir tornou-se acessível para a maioria das famílias. Por um lado, o desenvolvimento industrial e tecnológico e a modernização e sofisticação introduziram no

---

<sup>5</sup> A desregulamentação do sistema bancário nacional: Decreto-Lei n.º 51/84, de 11 de Fevereiro.



mercado uma vasta variedade de produtos atrativos aos consumidores e, por outro lado, parte desses bens eram passíveis de serem adquiridos a crédito (o que favoreceu a procura). Nas últimas décadas, o padrão das despesas tem sofrido alterações consideráveis com uma perda de importância acentuada no que diz respeito aos gastos com o vestuário, calçado, bens alimentares, bebidas e tabaco em detrimento do aumento das despesas com habitação, transportes, telecomunicações, cuidados de beleza, serviços de hotelaria e restauração, serviços de saúde, viagens turísticas e serviços culturais (Marques et al., 2000; Marques e Frade, 2004).

O aparecimento de novas entidades de crédito intensificaram os níveis de oferta e introduziram novas formas de financiar o consumo permitindo às famílias adquirir bens essenciais que, na ausência do crédito, não conseguiriam obter.

A desregulamentação do mercado de crédito favoreceu essencialmente a aquisição de casa própria (muitas vezes financiadas a 100% pelas instituições de crédito) e de automóvel (Marques e Frade, 2004), situação que contribuiu para o desenvolvimento dos sectores da construção e automóvel e permitiu antecipar e melhorar o bem-estar dos indivíduos.

Estamos claramente perante um sociedade de consumo, definida por Baudrillard (1991), como *um modo novo e específico de socialização*. O consumo contribui para manter relações sociais, quer porque permitem a participação das pessoas em atividades sociais, quer porque inserem os indivíduos na estrutura social.

Tal como referenciado anteriormente, a forte expansão do crédito, a redução das taxas de juro e as expectativas positivas na altura, impulsionaram de forma acentuada o crescimento da procura interna (investimento e consumo), traduzida por um crescimento de 5.5.% por ano em termos reais, entre 1996 e 2000 (João et al, 2014). Os níveis sustentáveis de crédito, o desenvolvimento do sistema financeiro e a dinâmica do mercado interno serviram de motor para o forte crescimento económico (PIB) e para o emprego (João et al. 2014; Haas, 2006). Um nível de endividamento controlado é bom para a economia dado o movimento de fluxos monetários entre a sociedade, empresas, sector bancário e Estado.

No entanto, a exponenciação do uso deste instrumento financeiro desrespeitando os princípios da prudência, gerou consequências nefastas para mutuários e mutuantes que excederam os limites daquilo que seria pagável levando a incumprimentos reiterados dos contratos, o que passou a designar-se por sobre-endividamento.

Nas situações em que o crédito assume contornos insustentáveis, decorrentes entre outros da falta de restrições de crédito, as famílias são atiradas para uma situação em que se entendem como estando impossibilitadas de cumprir com as suas responsabilidades financeiras.

A inversão desta tendência é um processo perigoso uma vez que os cortes abruptos do crédito fazem com que as famílias percam poder de compra (que em termos reais nunca possuíram, mas que lhe era atribuído pela via do crédito) e decorrente de incumprimentos reiterados por parte dos seus clientes, a banca vê reduzida a sua liquidez inibindo a celebração de novos contratos. Similarmente as empresas deparam-se com a um problema acrescido, que resulta da incapacidade de crédito junto da banca aliada à redução da procura. Também o Estado é fortemente lesado neste novo equilíbrio uma vez que precisa por um lado de se substituir ao privado em ações de suporte social bem como, por outro lado, vê reduzida a sua colheita fiscal atendendo ao encolher da matéria tributável.

### **1.2.2. O sobre-endividamento**

A problemática do sobre-endividamento não pode ser dissociada da do crédito; no entanto, a banalização do uso deste conceito é de certa forma recente ilustrando um estado consequente a uma conceção de crédito excessiva impagável pelo devedor.

Conceptualmente verifica-se quando um indivíduo se encontra impossibilitado de proceder ao pagamento de uma ou mais prestações, dado o seu saldo devedor apresentar valor superior ao do rendimento mensal.

Este fenómeno pode verificar-se tanto em tempos de elevado crescimento económico e reduzidas taxas de desemprego como em alturas de crise e défices orçamentais elevados, como o verificado pela época em nos encontramos. A problemática do sobre-endividamento causa instabilidade a nível financeiro, mas também a nível social e emocional nas famílias.

Normalmente, as pessoas sobre-endividadas entram em situações de incumprimento com as entidades de crédito.

É importante salientar que estar endividado ou multiendividado não é o mesmo que estar sobre-endividado. O primeiro diz respeito ao saldo devedor de um indivíduo e o

segundo refere-se à detenção de mais do que um compromisso financeiro<sup>6</sup> por parte do devedor.

O termo sobre-endividamento chegou nas duas últimas décadas, essencialmente nos países da Europa, na sequência dos elevados níveis de endividamento das famílias associado aos créditos ao consumo e à habitação. A França introduziu no seu regime jurídico a Lei Nejertz<sup>7</sup>, em 1989, que tinha por objetivo tratar as situações de sobre-endividamento dos consumidores. Depois disto, outros países europeus desenvolveram investigação científica e introduziram iniciativas normativas em torno desta problemática, como é o caso de Portugal. Na investigação científica o termo inglês *overindebtedness*<sup>8</sup> surgiu em 1994 e em Portugal o conceito remonta a 1997 num trabalho desenvolvido por Maria Manuel Leitão Marques e do qual resultou o seu livro *O Endividamento dos Consumidores*.

Embora cada vez mais atual esta problemática, ainda não existe uma definição única ou um rácio que determine a fronteira entre estar-se endividado e estar sobre-endividado.

#### **1.2.2.1. Razões históricas do sobre-endividamento e suas implicações**

O fenómeno do sobre-endividamento é suportado por razões históricas diversas. A discussão em torno dessas premissas (fatores de risco) aponta o crédito como o principal responsável pelas situações financeiras de grande gravidade e faz referência à existência de duas interpretações do problema: a *interpretação estruturalista* e a *interpretação culturalista*. A primeira aponta as origens do sobre-endividamento à desregulamentação do mercado, à maior acessibilidade, por parte das famílias e indivíduos, ao mercado financeiro e a maior vulnerabilidade dos consumidores a determinados eventos negativos (desemprego, doença, entre outros). Esta abordagem é apoiada por autores de diversas nacionalidades, nomeadamente, a belga Fraselle (1998), os franceses Khayat (1999), Gardaz (1997), Hyest e Loridant (1997), em Portugal Marques et al. (2000) e os americanos Sullivan et al. (2000). A segunda alude os consumidores como os principais responsáveis pela problemática do sobre-endividamento. Por um lado, porque os vê como

---

<sup>6</sup> Estar multiendividado não implica ser detentor de apenas créditos, pode ser portador de compromissos financeiros à segurança social, finanças, particulares, entre outros.

<sup>7</sup> Lei n.º 89-1010, de 31 de Dezembro de 1989; *surendettement* foi o termo jurídico atribuído.

<sup>8</sup> Nick Huls publicou o livro *Overindebtedness of Consumers in the EC Member States: Facts and Search for Solutions*.

irresponsáveis, abusadores e desonestos (Zywicki (2007) e Kilbom (2003)) e, por outro lado, tem em conta os enviesamentos cognitivos dos consumidores, nomeadamente as limitações do conhecimento e atitudes face ao risco de crédito e consumo (Gross, 1997; Frade e Lopes, 2006 e Harris e Albin, 2006). Braucher (2006) defende a junção destas duas abordagens num único modelo (as determinantes estruturais e culturais estão associadas à procura e à oferta).

O problema do sobre-endividamento é extremamente complexo. Do lado estrutural da oferta tem-se a globalização dos mercados financeiros, a desregulamentação do mercado de crédito, a intensa concorrência entre instituições bancárias e o desenvolvimento de modelos de gestão de risco de crédito que contribuíram para o nível significativo de oferta de crédito. Em termos culturais, a oferta associa-se à “ideologia” do mercado aberto e à concessão de crédito a grupos de risco (inevitável esta situação perante uma competição bancária feroz e um setor bastante lucrativo). Quando abordado o lado da procura (em termos estruturais), salientam-se, por um lado, os desvios cognitivos dos consumidores, tais como, a ilusão de controlo e o excesso de otimismo (estimulam a procura por parte dos consumidores) e, por outro lado, fatores externos como a instabilidade profissional e os choques adversos (divórcio, doenças, entre outros) que colocam em causa a sustentabilidade financeira de um indivíduo ou família. Em termos culturais o destaque vai para a mudança de perceção face ao crédito, isto é, ao longo do tempo o crédito deixou de ser moralmente negativo (menor estigmatização face ao crédito e ao consumo). Além disso, a sociedade de consumo possui baixos níveis de literacia financeira e um reduzido nível de poupanças.

Além dos fatores supramencionados é ainda importante destacar o crédito à habitação como uma das razões que está na origem do sobre-endividamento. As reduzidas taxas de juro associadas aos créditos e as mudanças favoráveis dos preços das habitações incentivaram as famílias a pedirem montantes de crédito mais elevados (Dickerson, 2008; Zunzunegui, 2013). Com a desvalorização das casas ao longo do tempo e as condições económicas a fazerem-se sentir junto da população foram muitas as famílias a deixarem de conseguir suportar os encargos deste crédito e os bancos (que cederam crédito de forma irresponsável) viram-se obrigados a executar as hipotecas, contudo a dívida permanecia dada a desvalorização do preço e os bancos viam a sua liquidez diminuir.

O sobre-endividamento é muito mais do que do que um problema de liquidez resultante do desequilíbrio entre despesas e rendimento. É um problema social grave que afeta um número de famílias e indivíduos muito avultado e as suas consequências estendem-se aos credores, Estado e à sociedade<sup>9</sup> (o número de casos de sobre-endividamento é cada vez maior afetando famílias de vários países, nomeadamente Itália, Alemanha e países Europeus, onde se inclui Portugal).

A mundialização do problema deve-se, essencialmente, à globalização dos mercados financeiros e respetiva desregulamentação do mercado de crédito, apoiada ainda pela passagem para uma sociedade de consumo.

#### **1.2.2.2. Enquadramento do sobre-endividamento atual e fatores conexos**

Os casos de famílias sobre-endividadas multiplicam-se em todo o mundo e Portugal não foge a esse panorama. Ao analisar os estudos empíricos existentes foi possível apurar que sobre-endividados tendem a ser indivíduos que vivem em zonas urbanas, encontram-se multiendividados, são detentores de baixos rendimentos, são casados e apresentam como principal causa para o seu sobre-endividamento os choques no rendimento, resultado da degradação das condições laborais, corte salarial e o desemprego (Schicks, 2010, 2013, 2014; Silva, 2014; Frade, 2007). Quanto ao género e à faixa etária não existe consenso, ainda assim, as mulheres tendem a ser apontadas como as que possuem maior nível de aversão ao risco (Schicks, 2014) e existe uma concentração significativa de sobre-endividados entre os 35 e os 45 anos.

As zonas urbanas são meios com uma vasta oferta de bens e serviços e apresentam, cada vez mais, uma oferta de crédito mais próxima do consumidor (balcões das entidades de crédito estão situados em pontos estratégicos como os centros comerciais) o que impulsiona o consumo em massa, o multiendividamento e o financiamento desse consumo. O recurso a baixas linhas de crédito (*revolving*) tende a ser um meio muito utilizado pelos consumidores nas suas compras nos centros comerciais.

A menor aversão ao risco associa-se a montantes de crédito mais elevados e a ser-se menos ponderado no momento de recorrer ao financiamento (Schicks, 2014).

---

<sup>9</sup> A ser desenvolvido de forma mais detalhada no capítulo seguinte, ponto 2.1.2.

Uma vida conjugal leva, em muitos casos, à aquisição a crédito de determinados bens como habitação, automóvel e equipamentos para o lar para o início da vida conjugal. Além disso, é frequente o aumento das despesas com o aparecimento dos filhos e qualquer choque estrutural (aumento do agregado ou o divórcio, por exemplo) leva frequentemente a situações de sobre-endividamento.

No capítulo seguinte procurar-se-á identificar os determinantes do sobre-endividamento evidenciados pela literatura e no capítulo III (análise econométrica) verificar se os fatores que mais explicam o sobre-endividamento estão de acordo com as situações apresentadas e com os determinantes existentes.

## **CAPÍTULO II – Enquadramento teórico e literatura existente: a problemática do Sobre-endividamento**

### **2.0. Introdução**

A escassez de informação em torno da problemática do sobre-endividamento, as elevadas taxas de esforço das famílias e os significativos níveis de incumprimento motivaram a realização do presente estudo. Neste sentido, procurar-se-á neste capítulo esmiuçar o conceito de sobre-endividamento, bem como os seus determinantes e consequências. Por último, procurar-se-á perceber quais os esforços que têm sido desenvolvidos para prevenir e combater o sobre-endividamento das famílias.

O capítulo II inicia-se com a análise conceptual do sobre-endividamento e segue-se com os determinantes e consequências desta problemática. Por último são abordadas as medidas de prevenção e combate ao sobre-endividamento.

### **2.1. Análise conceptual do sobre-endividamento**

A literatura existente acerca desta problemática e a preocupação com os níveis de excesso de endividamento tem-se expandido. Ainda assim, não existe uma definição consensual de sobre-endividamento nem sobre a forma como medi-lo.

O sobre-endividamento foi descrito pela Comissão Europeia (European Commission, 2008) como o desequilíbrio temporário ou permanente do orçamento familiar, resultado de um choque negativo inesperado nas despesas ou no rendimento. Esta situação de desequilíbrio poderá ocorrer em qualquer família, ainda que o nível de risco associado possa ser de diferente magnitude.

Marques et al. (2000) referencia a existência de dois tipos de sobre-endividamento, o *ativo* e o *passivo*. O primeiro está relacionado com as dificuldades financeiras detidas pelo consumidor, por ter assumido compromissos que são insustentáveis suportar tendo por base os rendimento atuais ou futuros. O segundo diz respeito ao consumidor que contraiu crédito perante a existência de equilíbrio financeiro e que, por fatores imprevistos, tais como a redução do rendimento, doença ou a perda do emprego, passou a sentir dificuldades financeiras.

Neste sentido, pode dizer-se que ficar sobre-endividado, além dos fatores exógenos imprevistos (passivo), pode ser o resultado de decisões irracionais por parte dos mutuários (ativo) de recorrer a níveis de crédito desadequados à sua verdadeira capacidade financeira.

Além do já referenciado, o sobre-endividamento pode ainda ser distinguido em *objetivo* ou *subjetivo*. Uma abordagem objetiva do sobre-endividamento implica que os consumidores detenham rendimentos disponíveis para fazer face aos seus compromissos financeiros, independentemente de se verificar ou não incumprimento das prestações. Uma abordagem subjetiva do sobre-endividamento sugere que os consumidores nem sempre possuem rendimentos suficientes para cumprir com os seus encargos financeiros, nem detêm suporte financeiro junto do seio familiar ou amigos.

Com base no referido anteriormente torna-se inevitável falar-se de incumprimento, ou seja, do atraso no pagamento das obrigações de crédito por parte dos consumidores. A abordagem objetiva do sobre-endividamento relaciona-se com o incumprimento estratégico e a abordagem subjetiva desta problemática está diretamente ligada ao incumprimento accidental. Contudo, é importante salientar que embora o incumprimento se relacione com o sobre-endividamento, estar sobre-endividado não implica estar em incumprimento, uma vez que, os consumidores podem conseguir junto de familiares ou amigos ajuda financeira capaz de permitir dar continuidade ao cumprimento das prestações.

Genericamente os autores dos trabalhos disponíveis acerca do sobre-endividamento adotaram uma abordagem subjetiva do problema como se poderá verificar de seguida.

No seu estudo de análise à situação financeira das famílias inglesas, Kempson (2002) considerou como sobre-endividados os consumidores que evidenciavam possuir dificuldades em cumprir com os seus encargos financeiros.

Mais tarde, Reifner et al. (2003), num estudo acerca do sobre-endividamento e direito do consumidor, consideraram como sobre-endividado o consumidor que não possui definitivamente meios para liquidar as prestações. Além disso, foram ainda evidenciadas as circunstâncias sociais que rodeiam os devedores, designadamente a exclusão social e a deterioração da sua situação económica e a dos seus dependentes.

Para os mesmos autores, caso exista ajuda financeira junto dos seus amigos ou familiares e assim seja possível dar continuidade à regularização das prestações, o consumidor não pode ser considerado como sobre-endividado, demonstrando claramente a adoção de uma abordagem subjetiva.

Na realização de um estudo comparativo entre países da União Europeia (UE), Betti et al. (2007) adotaram uma abordagem subjetiva ao considerar como famílias sobre-



endividadas as que manifestaram dificuldades em cumprir com os pagamentos de amortização de dívida.

Mais recentemente, Raijas et al. (2010) consideraram como sobre-endividados os indivíduos ou famílias que apresentam dificuldades no cumprimento das suas responsabilidades financeiras relacionadas tanto com os empréstimos como com o pagamento de outras contas. Estar sobre-endividado pressupõe a inexistência de dinheiro suficiente para cumprir com as prestações após o pagamento de outros gastos necessários. Além disso, as dificuldades no pagamento das dívidas assumem um período de tempo extenso.

Em Portugal, Frade (2007) num estudo sobre a regulação do sobre-endividamento defendeu que a abordagem subjetiva do sobre-endividamento em nenhum regime jurídico seria aceite como referência.

Relativamente à abordagem objetiva, a autora refere que o conceito de sobre-endividamento permite que se configurem situações de sobre-endividamento sem que, na realidade, haja cessação ou apenas a interrupção das prestações pagas pelo devedor. No sentido de melhor explicar esta conclusão identifica cinco aspetos importante a ter-se em conta. Em primeiro, considera que deve tratar-se de uma impossibilidade de pagamento e não de um ato intencional de não pagamento. Em segundo, a impossibilidade de honrar os compromissos financeiros deve evidenciar uma situação duradoura e não meramente temporária, situação em que o devedor se encontra apenas em mora. Em terceiro, existe a necessidade que se confirme a falta de rendimentos e outros ativos líquidos. Em quarto, aponta que a abordagem objetiva não deve assumir um valor máximo de referência admissível de taxa de esforço. Em quinto, assume que a impossibilidade de cumprimento não tem de abarcar a totalidade das obrigações do devedor simultaneamente para que este seja considerado um indivíduo sobre-endividado.

De acordo com Schicks (2013), um consumidor é sobre-endividado se continuamente tem de fazer elevados sacrifícios para conseguir cumprir com o pagamento das prestações, no prazo devido do reembolso. Tais imolações nem sempre são aceitáveis e, exemplo disso, são os casos em que os mutuários privam os seus filhos da educação ou reduzem o número de refeições para conseguir honrar com os compromissos de crédito.

Na sua definição, a autora, não inclui os mutuários que deliberadamente contraem níveis de dívida insustentáveis nem os que de forma estratégica deixam de realizar o pagamento das suas obrigações.

O conceito de sobre-endividamento está sujeito a definições distintas. Algumas incluem os indivíduos que manifestam possuir dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros, outras atendem aos sacrifícios que os consumidores fazem para cumprir com o pagamento das prestações e existem ainda as definições que têm em consideração os indivíduos que contraíram créditos insustentáveis de suportar.

### 2.1.1. Determinantes do sobre-endividamento

O sobre-endividamento é sustentado por causas e características diversas evidenciadas nos vários estudos já realizados sobre esta problemática. Afinal, este é um fenómeno que tem despertado a atenção da comunidade científica dado o aumento significativo dos níveis de incumprimento junto das entidades de crédito de um número avultado de países.

A literatura destaca como principais determinantes do sobre-endividamento quatro grandes grupos de fatores, sendo eles, os fatores económicos, os fatores sociodemográficos, os fatores inerentes ao crédito e os choques externos a que os consumidores estão sujeitos. De forma sintética, a figura que se segue demonstra as principais variáveis que compõem os referidos grupos.

**Figura 1** - Determinantes do sobre-endividamento

Fatores Económicos	Fatores Sociodemográficos	Fatores relacionados com o crédito	Choques externos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento</li> <li>• Região (zona urbana ou rural)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação</li> <li>• Dimensão do agregado</li> <li>• Situação laboral</li> <li>• Idade</li> <li>• Género</li> <li>• Número de crianças</li> <li>• Literacia financeira</li> <li>• Estado civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de créditos</li> <li>• Tipo de Instituição de crédito</li> <li>• N° de cartões de crédito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento</li> <li>• Despesas</li> <li>• Doença</li> <li>• Divórcio</li> <li>• Desemprego</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria

O rendimento é evidenciado como um dos mais importantes fatores associados ao sobre-endividamento, uma vez que, além de ser o meio que permite suportar as responsabilidades financeiras e as despesas dos indivíduos e famílias, está sujeito a choques inesperados, assumindo portanto, um duplo interesse (European Commission (2008; 2013), Stango et al. (2009) e Schicks (2010; 2013)).<sup>10</sup> Importa ainda salientar que os baixos rendimentos estão associados a uma maior probabilidade de ficar sobre-endividado (Anderloni et al., 2008 e European Commission, 2008)

Como um dos contributos dados pelos mutuários para o sobre-endividamento destaca-se a área de residência (região). Este indicador revela que viver em zonas urbanas aumenta a probabilidade do consumidor ficar sobre-endividado, como evidenciado por Schicks (2010; 2013) e Silva (2014).

O vetor de variáveis associado aos fatores sociodemográficos são utilizadas, genericamente, por uma grande parte dos estudos já realizados acerca desta problemática e referenciadas pelos artigos de revisão de literatura como causas/fatores de risco/determinantes do sobre-endividamento (Disney et al. (2008), Lusardi et al. (2011), Schicks (2014), Stango et al. (2009), Silva (2014), European Commission (2008; 2013), e Schicks (2010; 2013). Genericamente, maiores níveis de educação e de literacia financeira diminuem a probabilidade de ficar sobre-endividado e famílias monoparentais (face aos casais), estar desempregado, possuir um agregado grande ou ter crianças a cargo são fatores que aumentam essa mesma probabilidade. Contudo, é importante destacar que a falta de literacia financeira tem sido apontada como uma das principais causas do sobre-endividamento, resultado dos reduzidos conhecimentos acerca do verdadeiro custo de crédito (Disney et al., 2008). Quanto à idade e ao género a literatura é pouco consensual, ainda assim, os resultados de Schicks (2014) demonstraram que os *microborrowers* do sexo masculino são os mais propensos a serem sobre-endividados. As mulheres tendem a ser mais avessas ao risco e a apresentarem melhores taxas de reembolso do crédito.

No que diz respeito aos fatores relacionados com o crédito, é de importância extrema destacar a influência que o tipo de entidades de crédito tem no aumento da probabilidade dos consumidores ficarem sobre-endividados. Possuir crédito junto das

---

<sup>10</sup> Todos os trabalhos de Schicks evidenciados neste trabalho referem-se às *microfinances*: referem-se a uma variedade de serviços financeiros disponíveis aos clientes de baixo rendimento (*microborrower*), nomeadamente, os micro-empréstimos, poupanças e seguros. Nos seus trabalhos, Schicks (2010, 2013, 2014) centra-se no produto original, os microcréditos.

SFACs, em comparação com os bancos tradicionais, aumenta essa probabilidade (Silva, 2014). O *marketing* agressivo, o foco no crescimento da carteira, a utilização de produtos que não são apropriados para a situação dos mutuários (por exemplo: prazos de reembolso curtos e concessão de crédito a mutuários com dificuldades de liquidez) e os procedimentos utilizados na concessão de crédito (falta de transparência nos contratos) são os fatores apontados para a influência que o comportamento dos credores têm nas causas do sobre-endividamento (Schicks (2010; 2013)). Outros dos fatores importantes são o número de créditos contraídos pelos indivíduos e a democratização do crédito traduzida pelo acesso fácil ao financiamento.<sup>11</sup> Um maior número de créditos e o fácil acesso aos cartões de crédito aumenta a probabilidade de ficar sobre-endividado (European Commission, (2008), Schicks (2010; 2013) e Kish (2006)).

Por último, falar de choques externos torna-se inevitável, afinal, estes provocam na maioria dos casos um aumento das dificuldades financeiras dos consumidores, podendo levar a situações de incumprimento. Das variáveis deste grupo, a literatura destaca os choques negativos no rendimento familiar como o principal fator que contribui para o sobre-endividamento e refere que essa redução resulta de situações de divórcio, más condições de trabalho (tais como a redução forçada do número de horas de trabalho), as despesas inesperadas (designadamente, aumento de despesas com a saúde), as alterações no agregado familiar (por exemplo: nascimento de uma criança ou a existência de uma rutura familiar) e o desemprego (Schicks (2010; 2013; 2014), Disney et al. (2008), Anderloni e Vandone (2008) e European Commission (2008; 2013)). As famílias ao depararem-se com um choque externo tendem a recorrer inicialmente às poupanças, seguindo-se os empréstimos a familiares e amigos e, posteriormente, a contração de crédito. O último meio diz respeito ao aumento de horas de trabalho, tentar encontrar um segundo emprego e recorrerem à venda de bens pessoais (Lusardi et al. (2011). Estando os baixos níveis de poupança ou a sua inexistência relacionados com uma maior probabilidade de se encontrar numa situação de sobre-endividamento, então países com reduzido volume de poupanças são mais vulneráveis.

Além destes quatro grupos mencionados, destacam-se ainda como causas do sobre-endividamento das famílias as reduzidas taxas de juro e otimismo face aos valores futuros de rendimento. Com base nos dados disponíveis acerca do índice de confiança do

---

<sup>11</sup> Mohan et al. (2013) identificou o mesmo determinante na Índia.

consumidor norte-americano, Kish (2006) verificou que o índice de confiança do consumidor subiu 71% no primeiro trimestre de 2006 em relação ao período homólogo de 1992. Posto isto, referenciou que se os consumidores estão mais confiantes sobre os seus rendimentos futuros, então, estão também mais dispostos a contrair dívidas.

Numa tentativa de justificar este significativo aumento no otimismo dos consumidores, o autor aponta o mercado acionista ou a apreciação dos preços das casas ao longo das últimas décadas como possíveis fatores impulsionadores do aumento das dívidas dos agregados familiares.

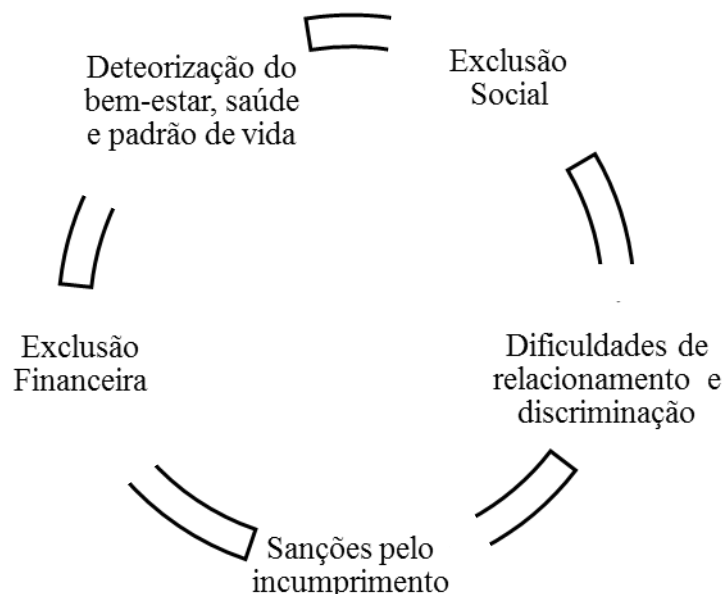
No caso das reduzidas taxas de juro é relevante referir que estas permitem um acesso mais fácil a esse endividamento, essencialmente no crédito à habitação. Como não permanecem inalteráveis ao longo do tempo, um cenário de aumento das taxas de juro, faria com que as famílias vissem os custos de crédito aumentar e a sua situação financeira agravar-se. Apesar disso, ainda existe o problema da desvalorização das habitações que surge como um problema tanto para as famílias como para as instituições bancárias.

### **2.1.2. Consequências do sobre-endividamento**

Ao longo das últimas décadas o sobre-endividamento tem atingido milhões de famílias em todo o mundo, revelando que este é um problema social grave. Betti et al. (2001; 2007) estimaram a existência de um total de 52.720 milhões de pessoas sobre-endividadas na União Europeia, em 1996, correspondendo a 16% de famílias sobre-endividadas na EU15. Entre 1994 e 2002, na Alemanha, o número de famílias sobre-endividadas aumentou em 57%, o que corresponde a 3.130.000 famílias (Haas, 2006). De acordo com D'Alessio et al. (2013), 70% das famílias italianas sobre-endividadas possui um montante em dívida que não é superior a 20.000€, o que sugere que esta problemática representa uma questão social mais do que um problema de estabilidade financeira.

Embora na literatura a discussão em torno das consequências do sobre-endividamento não seja tão acesa como as causas, existem alguns fatores apontados pela Comissão Europeia (European Commission, 2013) os quais serão abordados de seguida.

**Figura 2** - Consequências do Sobre-endividamento



**Fonte:** Elaboração própria

A análise mostrou que as consequências mais citadas, em todos os países analisados, foram reduzidas ao baixo padrão de vida e à deterioração dos níveis de bem-estar e/ou saúde mental. Uma parte dos indivíduos entrevistados referiram que haviam reduzido nas despesas supérfluas, tais como almoços ou jantares fora. A outra referenciou a escassez de dinheiro para satisfazer as necessidades básicas, como alimentação ou cuidados de saúde.

Relativamente ao bem-estar e saúde mental foram manifestados problemas de ansiedade, *stress* e depressões. É importante destacar que várias famílias relataram que tais problemas as levou a deixar de trabalhar, a deixar de procurar emprego e gerou discussões familiares.

Ao estudarem a relação existente entre o consumo de tabaco e o sobre-endividamento, Rueger et al. (2013) concluíram que os fumadores alemães parecem mudar o seu consumo em tempos de dificuldades financeiras, com um quinto a evidenciar o seu aumento do consumo de tabaco, após o início de sobre-endividamento.

Os autores verificaram que o aumento do tabagismo está relacionado com o tempo de sobre-endividamento, o sexo, a consciência do indivíduo face à saúde e o apoio social. Quanto maior o período de tempo de sobre-endividamento, maiores serão os níveis de

stress/tensão que envolvem os indivíduos, tornando-os mais suscetíveis a aumentarem o consumo de tabaco. Os homens são os que apresentam um risco significativamente maior em termos de aumento do consumo de tabaco durante o sobre-endividamento; Os indivíduos com níveis de preocupação de saúde mais elevados apresentaram um menor risco de aumento do consumo de tabaco após o início do sobre-endividamento (apenas 22,2% de todos os participantes). Por último, o afastamento por parte dos amigos e/ou familiares implica um risco significativamente maior no aumento do consumo de tabaco (1,82 vezes superior aos casos onde não se verificou tal distanciamento).

Ao analisar a relação entre peso e sobre-endividamento, Münster et al. (2009) verificaram que existe maior risco de excesso de peso e obesidade entre os indivíduos sobre-endividados em comparação com a população em geral da Alemanha. Este problema de peso está essencialmente relacionado com a escolha dos alimentos, ou melhor dizendo, a seleção dos mesmos é principalmente determinada pelo respetivo custo. Estando a qualidade da alimentação dependente dos recursos financeiros disponíveis e sendo os alimentos menos saudáveis os que tendem a apresentar um menor custo tornam-se, portanto, na opção do consumidor.

A exclusão social é outra das consequências do sobre-endividamento apontada pelos indivíduos inquiridos. O aspeto mais citado foi a incapacidade de suportar as despesas com a participação das crianças nas atividades sociais com os amigos e da escola. Outro aspeto mencionado foi a eliminação das reuniões informais com os amigos, idas ao cinema, jantares fora, viagens e atividades desportivas.

O aparecimento de dificuldades financeiras foi manifestada como uma das razões para a existência de tensões na relação familiar ou até mesmo para o colapso no relacionamento. Além desta, a constante atribuição de culpa para o outro pelo excesso de gastos, por pouco ou nada fazer para o salário aumentar e pela contração de dívidas foram outros aspetos referidos.

O *stress*, o mal-estar que advém de situações apresentadas anteriormente e a ansiedade acabam por afetar os indivíduos quer no trabalho (redução da produtividade, por exemplo) como nas entrevistas de emprego (existência de falta de confiança).

As dificuldades financeiras das famílias acabam, muitas vezes, por levar ao incumprimento das suas obrigações de crédito. Dessa situação acabam por resultar sanções impostas pelas entidades de crédito, sendo exemplo disso, exclusão do crédito e serviços

bancários (exclusão financeira) e utilização de processos judiciais como tentativa de recuperação dos valores em dívida. A penhora de salários é dos primeiros passos dados pelas entidades de crédito como tentativa de recuperar esses valores e que acaba, por vezes, por complicar ainda mais a situação das famílias ao colocar em causa o cumprimento das prestações ainda regulares e/ou, até mesmo, a qualidade de vida. Esta é uma situação que retrata claramente um ciclo vicioso com que vários consumidores se deparam e os leva, cada vez mais, a recorrer a processos de insolvência individual com a finalidade de alcançarem a exoneração do passivo.

Ao abordar as consequências do sobre-endividamento é importante referir que além das famílias devedoras também os credores saem lesados, uma vez que partilham o risco de incumprimento com o devedor sobre-endividado. Os credores vêem os seus balanços enfraquecer e com isso são reduzidas as disponibilidades de crédito e os seus proveitos. Além disso, perante a queda do preço dos ativos, tais como as habitações, essas fragilidades são agravadas.

Este problema do sobre-endividamento afeta ainda a sociedade através da exclusão social e pobreza, pelas restrições na acessibilidade do crédito concedido e por via das consequências negativas na produtividade dos indivíduos.

## **2.2. Prevenção e combate do sobre-endividamento**

Ao longo do presente trabalho já foi por demais sublinhado que o sobre-endividamento atinge milhões de famílias de diferentes países. Neste sentido, dada a extensão do problema, prevenir o agravamento desta problemática torna-se de extrema urgência e solucionar os casos existentes uma prioridade.

Assim, torna-se importante perceber quais as medidas que têm sido implementadas na tentativa de prevenir e solucionar o problema.



**Figura 3** - Medidas de prevenção e tratamento do sobre-endividamento

<input type="checkbox"/> <b>Prevenção</b>	<input type="checkbox"/> <b>Tratamento</b>
<input type="checkbox"/> Criação de programas de formação financeira	<input type="checkbox"/> Aconselhamento da dívida
<input type="checkbox"/> Coleta de dados para analisar a capacidade financeira dos consumidores	<input type="checkbox"/> Gabinetes de Apoio ao consumidor sobre-endividado

**Fonte:** Elaboração própria

Na realização de um estudo sobre o aconselhamento da dívida na África do Sul, Masilo e Rankhumise (2014) verificaram que são cada vez mais os consumidores a procurarem ajuda junto dos profissionais de aconselhamento e que esta ajuda tem repercussões positivas no tratamento do sobre-endividamento. Haas (2006) é outro dos autores a salientar o contributo positivo dado por este apoio ao consumidor; contudo, destaca esse contributo numa perspetiva de prevenção.

Em Portugal, para a prevenção do problema foi criada a *Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal*, que permite às instituições de crédito aceder a informação detalhada sobre as responsabilidades financeiras detidas pelos cidadãos. Deste modo, tais entidades possuem informação acrescida para a análise da capacidade financeira dos seus clientes tendo em vista a concessão de crédito responsável, o que constitui um dos princípios mais importantes de conduta para a atuação das entidades de crédito, uma vez que das mesmas é esperada uma atuação prudente e transparente nas relações de crédito estabelecidas com os clientes enquanto consumidores.

O *Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam*, criado em 2011, pelos três supervisores financeiros, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal, é outra das ações na vertente da prevenção a ser destacada. O Plano tem implementado a formação financeira em contexto escolar (pré-escolar, ensino básico e secundário) e a educação e formação de adultos.

Considera-se que os conhecimentos que advêm da literacia financeira ajudam os indivíduos e famílias a enriquecerem as suas competências em torno dos conceitos económicos e, assim, alcançar uma maior capacidade de seleção, análise, planeamento e avaliação das questões de natureza financeira.

Como forma de tratamento dos casos de sobre-endividamento existentes, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) criou em 2000 os *Gabinetes de Apoio ao Sobre-endividado* (GAS) em Lisboa e outras delegações espalhadas pelo país.

Estes gabinetes dispõem de um serviço totalmente gratuito, atuam em questões de natureza financeira e possuem a possibilidade de mediação, ou seja, é um procedimento de resolução extrajudicial de litígios cujo objetivo é a utilização de um terceiro no sentido promover o acordo entre as partes.

Posteriormente, o Estado português implementou a *Rede de Apoio ao Consumidor Endividado* (RACE) composta por diversas entidades que têm por objetivos informar, aconselhar e acompanhar os clientes bancários que possuam prestações de crédito em atraso ou se encontrem com dificuldades no cumprimento das mesmas. Essas entidades são reconhecidas pela Direção Geral do Consumidor e pelo Banco de Portugal.

## Capítulo III – Análise empírica

### 3.0. Introdução

Neste capítulo procede-se à análise dos dados recolhidos junto de vários gabinetes da Rede de Apoio ao Consumidor Endividado no sentido de, primeiro, traçar o perfil (estatístico) do consumidor endividado e a estrutura (estatística) do seu endividamento e, segundo, identificar os fatores que maior capacidade explicativa detêm quer quanto ao sobre-endividamento dos consumidores quer quanto à sua gravidade. Assim, o capítulo começa por explicar a fonte dos dados utilizados no presente trabalho, seguindo-se a análise exploratória dos dados e apresenta-se, por último a análise econométrica realizada.

### 3.1. Fonte dos dados

O conhecimento acerca da problemática do sobre-endividamento é conseguida através dos micro-dados obtidos via inquérito (e entrevista pessoal), junto dos consumidores que contactaram os gabinetes da *Rede de Apoio ao Consumidor Endividado*.

Neste sentido, a base de dados foi construída com base nas informações presentes na “ficha técnica”<sup>12</sup> de quatro dos gabinetes que integram a RACE, sendo eles o Gabinete Extrajudicial de Apoio ao Consumidor Endividado - Universidade de Aveiro (GEACE-UA), o Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo de Braga (CIAB), o Gabinete de Orientação ao Endividamento do Consumidor (GOEC) em Lisboa e o Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto (CICAP). Da recolha junto destes gabinetes foi possível obter uma amostra de 665 consumidores endividados ou sobre-endividados que procuraram ajuda junto dos gabinetes entre 2013 e 2015. A tabela 1 mostra o número de consumidores que compõem a amostra por cada um dos gabinetes que integram o presente estudo.

---

<sup>12</sup> Ver anexo 1

**Tabela 1** - Amostra de dados por gabinete

Gabinetes	Aglomerado urbano	Amostra	%
GEACE-UA	Aveiro	89	13.38%
CIAB	Braga	286	43.01%
GOEC	Lisboa	150	22.56%
CICAP	Porto	140	21,05%
Total		665	100%

**Fonte:** Elaboração própria

A opção por estes gabinetes visou conseguir uma amostra “diversificada” ao recolher dados relativos a diferentes zonas de Portugal, tais como, centro, sul e norte. Porém, a base de análise do estudo empírico realizado retrata apenas uma fração da realidade (amostra de apenas quatro dos 23 gabinetes da RACE) não podendo os resultados obtidos serem extrapolados para o universo, ou seja, para a população portuguesa. Além disso, ressalva-se que os consumidores que se dirigem a estes gabinetes fazem-no de forma voluntária pelo que não são representativos de todos os consumidores endividados, devendo ler-se os resultados econométricos que a seguir se apresentam à luz desta autosseleção amostral.

Além desta limitação, existem ainda “fichas técnicas” com informações incompletas, quer porque os consumidores não se recordam de determinados dados ou porque já não possuem a documentação necessária para chegar aos mesmos, quer porque os técnicos não recolheram toda a informação.

Ainda assim, a informação contida pelos gabinetes de apoio ao consumidor endividado tem-se revelado na melhor fonte de dados disponíveis para analisar a realidade atual desta problemática. Importa ainda salientar que a procura pelos diferentes gabinetes está relacionada com a proximidade geográfica do consumidor e não por uma questão de competências, ou seja, por ser o que melhor se adequa às necessidades do consumidor.<sup>13</sup>

A construção da base de dados, fundamental para a realização da parte empírica do presente trabalho, exigiu a deslocação pessoal da autora a quatro diferentes pontos do país, sendo eles, Porto, Aveiro, Braga e Lisboa. Esta situação resultou, em grande parte, pelo

<sup>13</sup> Destaca-se que, apesar de todos os gabinetes serem abrangidos pelo mesmo âmbito de atuação, tanto o CIAB como o CICAP possuem as competências adicionais de mediação e arbitragem.

facto dos gabinetes de apoio ao consumidor endividado e sobre-endividado possuírem os dados da “ficha técnica” em suporte papel. Além disso, alguns dos dados fundamentais para o desenvolvimento do trabalho encontravam-se em documentos anexos à “ficha técnica”. Dado o formato (em papel) dos dados existentes, houve ainda a necessidade de proceder à codificação de toda a informação e sua inserção em formato eletrónico (em excel) de modo a conseguir trabalhar os mesmos num software estatístico.

A recolha de dados, por si só, ocupou três meses, período compreendido entre Novembro de 2014 e Janeiro de 2015. Foi necessária a deslocação a Lisboa (ao Gabinete GOEC) pelo período de uma semana (dias consecutivos), com mais de 12 horas diárias de trabalho de recolha de informação no interior deste gabinete.

Os dados recolhidos no Porto (no gabinete CICAP) requereram um período de tempo similar ao de Lisboa; no entanto, neste gabinete do Porto não foram possíveis dias consecutivos e nem sempre dias completos dada a disponibilidade dos técnicos e de modo a não perturbar o bom funcionamento do gabinete (situado num tribunal arbitrário).

No que diz respeito ao gabinete de Aveiro, o período de recolha de dados levou cerca de um mês dado ser o de maior proximidade, intercalando-se com as deslocações aos gabinetes situados nas outras cidades. Além disso, neste gabinete também foi possível completar a maior parte das “fichas técnicas” incompletas através do contacto telefónico da autora com os consumidores em virtude de ser uma das técnicas deste gabinete.

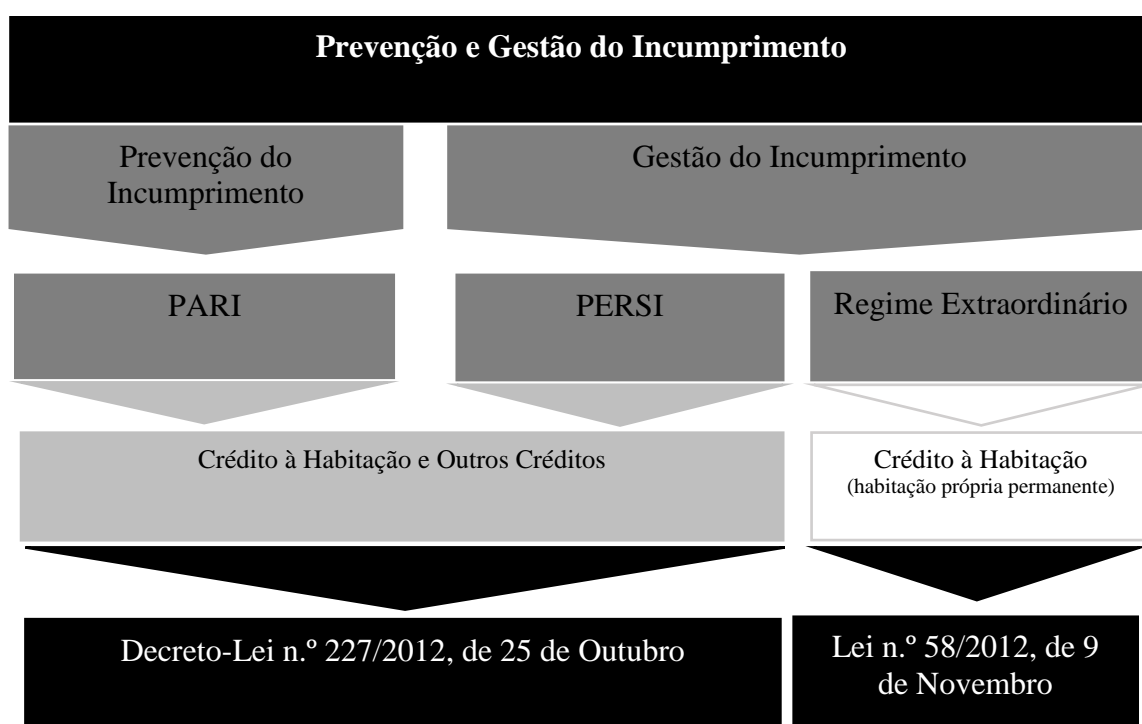
Em Braga, no gabinete CIAB, o período de tempo para a recolha de dados foram quinze dias, tendo feito uma média de 8h diárias, em dias não consecutivos, de modo a garantir o bom funcionamento do gabinete (também este inserido num tribunal arbitrário).

É ainda importante referir que todos os técnicos dos gabinetes foram fundamentais para o trabalho de recolha de dados, uma vez que me ajudaram em diferentes aspetos tais como ajuda com a letra (notas escritas pelos técnicos nos processos), a localização dos arquivos de dados e a forma como continham a informação organizada.

Por fim é de salientar que o gabinete da Madeira (IPRAM) também foi contactado no sentido de serem facultados os dados. Contudo, embora a coordenadora deste gabinete se tenha disponibilizado a fazê-lo, foi impossível incluir os dados no presente estudo uma vez que estes se encontram apenas em suporte papel e ser financeiramente demasiado dispendiosa a deslocação à Madeira.

Por último, é relevante evidenciar que o âmbito de atuação dos quatro gabinetes analisados abarca três regimes de prevenção e gestão de incumprimento, sendo eles, o Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI) e o Regime Extraordinário que apoia consumidores que se encontram numa situação económica muito difícil. A figura 4 retrata, de forma sumária, os tipos de crédito que se enquadram em tais regimes, bem como, a legislação que lhes dá suporte.

**Figura 4 -** Regime de prevenção e gestão do incumprimento



**Fonte:** Elaboração própria. Adaptado do manual de Prevenção e Gestão do Incumprimento de Contratos de Crédito celebrados com Clientes Bancários Particulares, Banco de Portugal

No Plano de Ação para o Risco de Incumprimento enquadram-se os clientes bancários que antecipam a possibilidade de não cumprirem com as suas responsabilidades de crédito no período previsto. Na base de dados, considerou-se como consumidor endividado todos os indivíduos e famílias com as suas responsabilidades de crédito regularizadas.

A instituição de crédito, sempre que detete a possibilidade de incumprimento das prestação e sempre que o cliente manifeste esse risco, deve proceder à avaliação da capacidade financeira do cliente bancário com vista a verificar a existência desse risco.

Para efeitos dessa avaliação, o cliente dispõe de 10 dias para prestar toda a informação e os documentos solicitados pela instituição de crédito e, no caso de ser confirmado o risco de incumprimento, a instituição de crédito deve apresentar uma proposta de reestruturação das condições do crédito caso o cliente possua capacidade financeira para tal.

No Procedimento Extrajudicial de Resolução de Situações de Incumprimento inserem-se todos os clientes bancários que possuem contratos de crédito com prestações em atraso. Na base de dados, considerou-se como consumidor sobre-endividado todos os indivíduos e famílias com prestações em incumprimento.

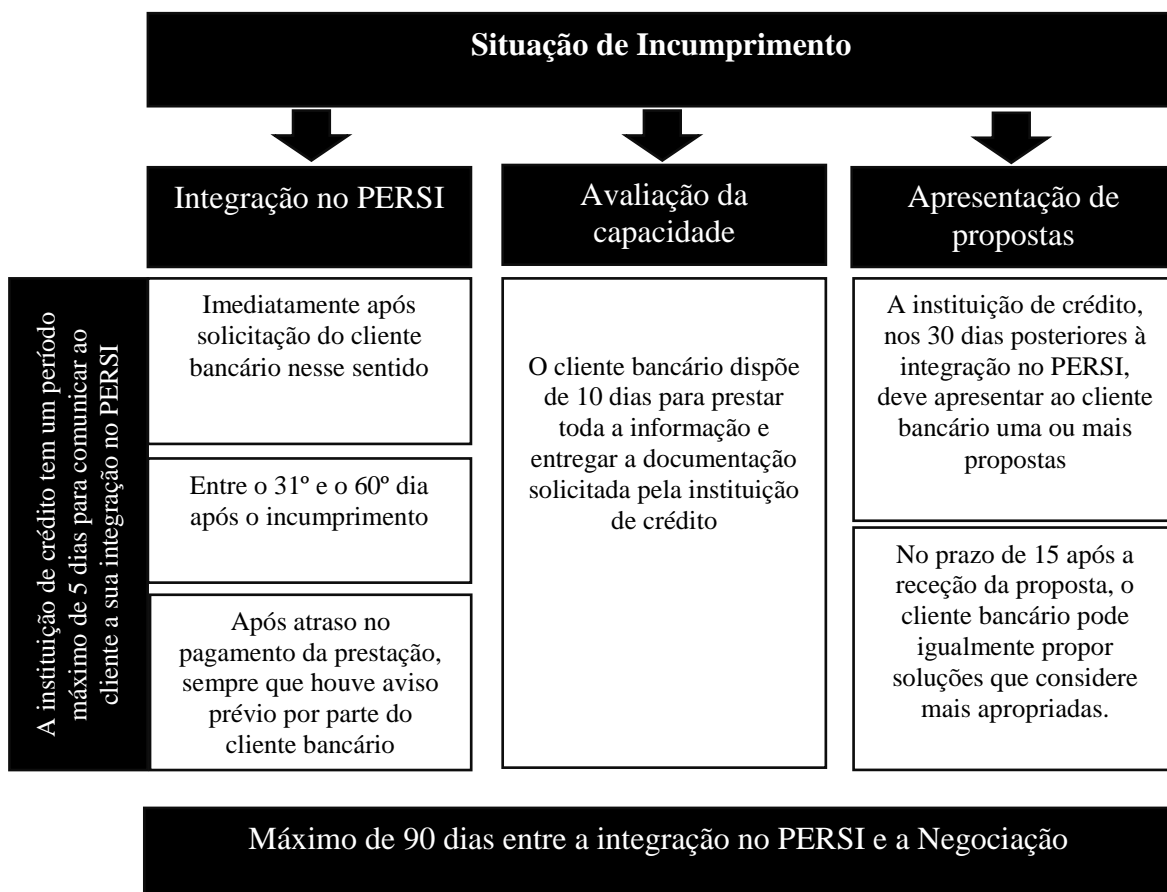
Este regime tem por objetivo facilitar a obtenção de um acordo entre o cliente bancário e as instituições de crédito no sentido de regularizar as situações de incumprimento e evitar o recurso aos tribunais para recuperar os valores em dívida. Este modelo de negociação aplica-se à generalidade dos contratos de crédito, com a exceção dos contratos de locação financeira.

O PERSI divide-se, como visível pela figura 5, essencialmente em três etapas: integração do cliente bancário neste regime, avaliação da capacidade financeira do cliente e, por último, a apresentação de uma ou mais propostas para a regularização da situação de incumprimento. Inicialmente, a instituição de crédito está obrigada a integrar o cliente bancário no PERSI entre o 31º e o 60º dia após o incumprimento e a informar, no prazo máximo de 5 dias, o cliente bancário da sua integração neste regime. Posteriormente, a instituição de crédito deve proceder à avaliação da capacidade financeira do cliente bancário em incumprimento e este deve prestar, no prazo máximo de 10 dias toda a informação e documentos solicitados. Por último, a instituição de crédito, nos 30 dias posteriores ao início do PERSI, deve apresentar ao cliente bancário uma ou mais propostas para regularizar a situação de incumprimento. No prazo de 15 dias após a receção da proposta da instituição de crédito, o cliente bancário pode igualmente propor soluções que considere ser mais apropriadas, sendo a instituição de crédito livre para aceitar ou não as propostas.

Perante a existência de acordo entre a instituição de crédito e o cliente bancário, este fica vinculado às novas condições de pagamento e passa a estar numa situação de cumprimento. Entre a integração no PERSI e o acordo não podem decorrer mais de 90 dias.

Resta ainda acrescentar que a instituição de crédito, durante o decurso do PERSI, está proibida de transmitir ou ceder a sua posição contratual a terceiros, resolver o contrato de crédito ou agir judicialmente contra o cliente bancário com o objetivo de recuperar os valores em dívida.

**Figura 5 - Situações de incumprimento: PERSI**



**Fonte:** Elaboração própria

O Regime Extraordinário é dedicado aos clientes bancários detentores de crédito à habitação para casa própria permanente em incumprimento e que se encontrem numa situação económica muito difícil. Na base de dados, considerou-se como consumidor sobre-endividado todos os indivíduos e famílias que se enquadram neste regime, uma vez que possuem, pelo menos, um crédito em incumprimento (crédito à habitação).

Os consumidores só poderão integrar este regime caso preencham os requisitos seguintes: O cliente bancário encontra-se a incumprir o contrato de crédito à habitação própria permanente; O contrato de crédito tem de ser garantido por hipoteca sobre o imóvel



que constitui a habitação própria permanente e única habitação do agregado familiar do cliente bancário; À data de apresentação do requerimento, o valor patrimonial tributário do imóvel é igual ou inferior a 100.000€, 115.000€, 130.000€ e coeficiente de localização até 1,4, entre 1,5 e 2,4, e entre 2,5 e 3,5, respetivamente; O agregado familiar do cliente bancário encontra-se numa situação económica muito difícil: Encontra-se desempregado pelo menos um dos titulares do crédito à habitação; Se verificada uma redução do rendimento anual bruto do agregado familiar igual ou superior a 35%, ocorrida durante os 12 meses anteriores à apresentação do requerimento; Se a taxa de esforço do agregado familiar aumentou para valores iguais ou superiores a 40% para agregados familiares com cinco ou mais elementos, 45% se o titular do crédito tiver dependentes e 50% caso contrário; Se o património financeiro do agregado familiar for inferior a metade do seu rendimento anual bruto; O património imobiliário do agregado familiar for constituído exclusivamente pelo imóvel que constitui a sua habitação própria permanente e, eventualmente, por garagem e imóveis não edificáveis, até ao valor total de 20.000€; O rendimento anual bruto do agregado familiar não pode ser superior a catorze vezes o valor correspondente à soma de 100% do valor do salário mínimo nacional por cada titular do crédito à habitação, 70% do valor do salário mínimo nacional por cada adulto do agregado familiar (não titular do respetivo crédito), 50% do salário mínimo nacional por cada menor do agregado familiar.

A prestação de informação e entrega da documentação à instituição de crédito, deve ser feita pelo cliente bancário no prazo de 20 dias, após ter entregue o requerimento de acesso a este regime. A instituição dispõe de 15 dias após receção do requerimento para comunicar ao cliente se preenche ou não os requisitos e, posteriormente terá de apresentar ao cliente um plano de reestruturação da dívida no prazo de 25 dias. Após a apresentação da proposta de reestruturação do crédito, o cliente bancário e a instituição de crédito possuem 30 dias para negociar.

No caso do plano de reestruturação não ser viável ou o cliente bancário incumprir três prestações seguidas do plano de reestruturação e não consiga chegar a acordo com a instituição de crédito sobre a adoção de medidas complementares a instituição de crédito poderá propor outras medidas que visam a extinção parcial ou total da dívida. A lei prevê as seguintes medidas substitutivas: Dação em cumprimento da habitação hipotecada,

alienação do imóvel a um Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional (FIIAH) e a permuta da habitação por uma outra de valor inferior.

Resta salientar que o cliente perde o direito de usufruir das medidas substitutivas caso recuse um plano de reestruturação de dívida apresentada pela instituição de crédito.

Posto o supramencionado será considerado consumidor sobre-endividado todo o indivíduo ou agregado familiar que se insira num dos regimes de gestão do incumprimento - PERSI e/ou regime extraordinário – ou seja, que possua pelo menos um crédito em incumprimento.

Os consumidores sem créditos contraídos mas detentores de dívidas de bens e serviços também foram considerados como sobre-endividados dado possuírem dívidas em atraso.

Em suma, para efeitos do presente trabalho serão considerados como sobre-endividados todos os consumidores que possuam pelo menos uma dívida em atraso, seja ela relativa a bens e serviços ou uma dívida associada ao crédito. Como consumidor endividado serão considerados todos os indivíduos ou famílias que não possuíam qualquer prestação em atraso (de crédito ou de bens e serviços) no momento em que solicitaram ajuda aos gabinetes da RACE. Na base de dados, o consumidor endividado assumirá o valor 0 ( $y=0$ ) e o consumidor sobre-endividado o valor 1 ( $y=1$ ).

### 3.2. Análise exploratória dos dados

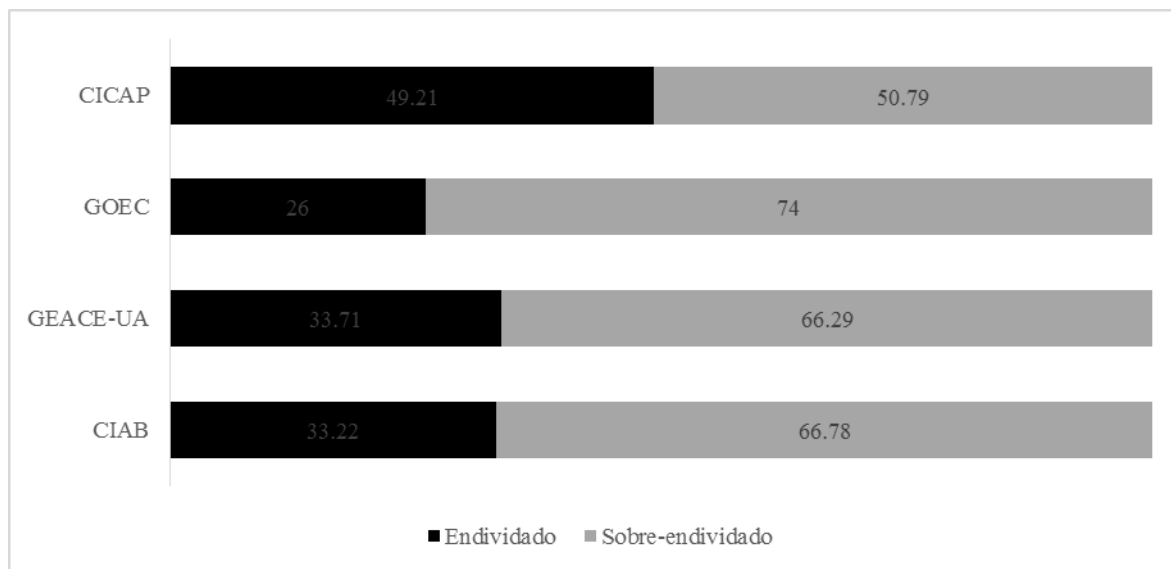
Com base nas características sociodemográficas e económicas da amostra conseguir-se-á alcançar, por gabinete, o perfil dominante do consumidor endividado. Os resultados estarão de acordo com o número de respostas obtidas para cada variável.

#### 3.2.1. Perfil do consumidor endividado

Como já referido previamente, a amostra é constituída por um conjunto de consumidores endividados e sobre-endividados como mostra o gráfico 7. O mesmo demonstra claramente o porquê deste estudo se debruçar sobre o fenómeno do sobre-endividamento ao evidenciar que a percentagem de sobre-endividados se sobrepõem significativa e genericamente à percentagem de endividados.

O menor número de consumidores com prestações em incumprimento recorreram ao gabinete do Porto (50.79%) e os de maior número deslocaram-se ao gabinete de Lisboa (74%).

**Gráfico 7** - Consumidores da amostra



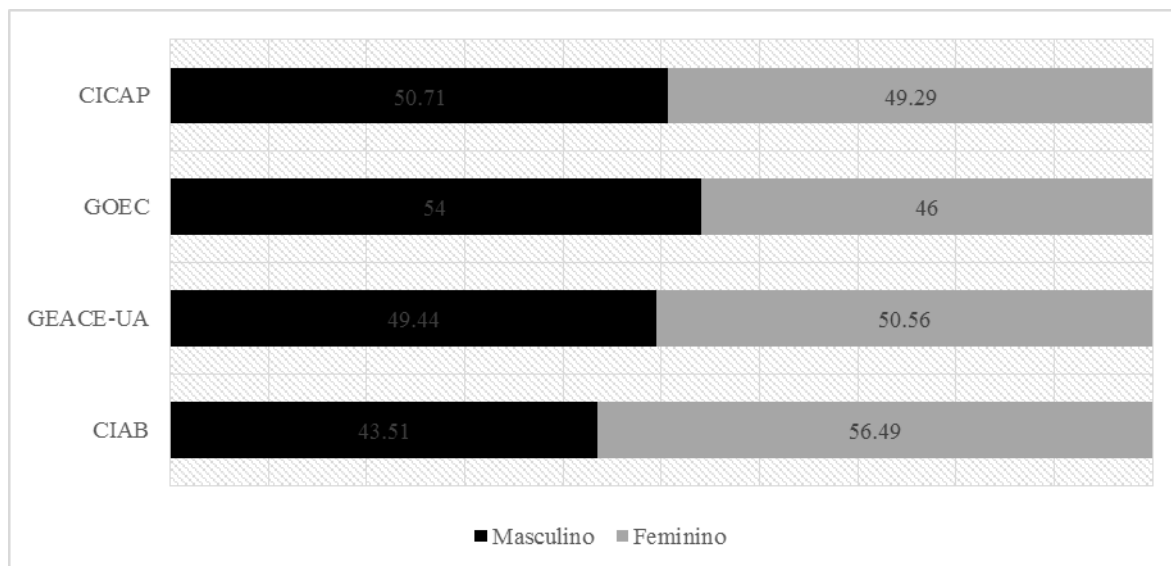
**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2.1.1. Características sociodemográficas

#### 3.2.1.1.1. Género

Com base no gráfico 8, denota-se que nos gabinetes do Porto (CICAP) e Aveiro (GEACE-UA) não existe uma diferença acentuada no género dos consumidores que procuram ajuda para a resolução da sua situação financeira. Relativamente aos gabinetes de Lisboa (GOEC) e Braga (CIAB) o mesmo não é verificado. No primeiro, são os consumidores do sexo masculino que mais procuram ajuda (54%) e no segundo são os consumidores do sexo feminino (aproximadamente 57%).

**Gráfico 8** - Distribuição dos consumidores por género



**Fonte:** Elaboração própria

A mesma variável ao ser analisada tendo em conta apenas os consumidores sobre-endividados, revela que, genericamente, são os indivíduos do sexo masculino os que solicitam ajuda mais tarde, como pode ser visível pela tabela abaixo.

**Tabela 2** – Percentagem de sobre-endividados por género

	<b>CIAB</b>	<b>GEACE-UA</b>	<b>GOEC</b>	<b>CICAP</b>
	<b>Braga</b>	<b>Aveiro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Porto</b>
Sobre-endividados do sexo Feminino	<b>58.12</b>	45.76	44.14	48.19
Sobre-endividados do sexo Masculino	41.88	<b>54.24</b>	<b>55.86</b>	<b>51.81</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2.1.1.2. Idade

De acordo com o ciclo de vida espera-se que os jovens e os mais velhos tendam a ser os indivíduos com menor probabilidade de contraírem créditos, uma vez que, existe uma grande instabilidade profissional junto da faixa etária mais nova e a ausência de uma vida profissional ativa agregada a uma idade “avançada” por parte da faixa etária dos mais velhos, situação que leva as entidades de crédito a serem mais restritivas.

Ao analisar a tabela seguinte, conclui-se que a maioria dos consumidores endividados e sobre-endividados situa-se na faixa etária dos 37 a 47 anos, em todos os gabinetes. Os indivíduos mais novos ( $\leq 25$  anos) e os mais velhos ( $\geq 70$  anos) são os indivíduos que menos procuram os gabinetes da RACE, conclusão que vai de encontro ao referido anteriormente.

**Tabela 3** - Idade do titular

<b>Idade do Titular</b>	<b>CIAB</b>	<b>GEACE-UA</b>	<b>GOEC</b>	<b>CICAP</b>
	<b>Braga</b>	<b>Aveiro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Porto</b>
$\leq 25$	1.4	1.14	1.41	1.61
26 a 36	19.23	15.91	23.94	16.94
<b>37 a 47</b>	<b>36.71</b>	<b>37.5</b>	<b>33.1</b>	<b>29.84</b>
48 a 58	29.37	32.95	28.87	25.81
59 a 69	11.89	10.23	10.56	22.58
$\geq 70$	1.4	2.27	2.11	3.23
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

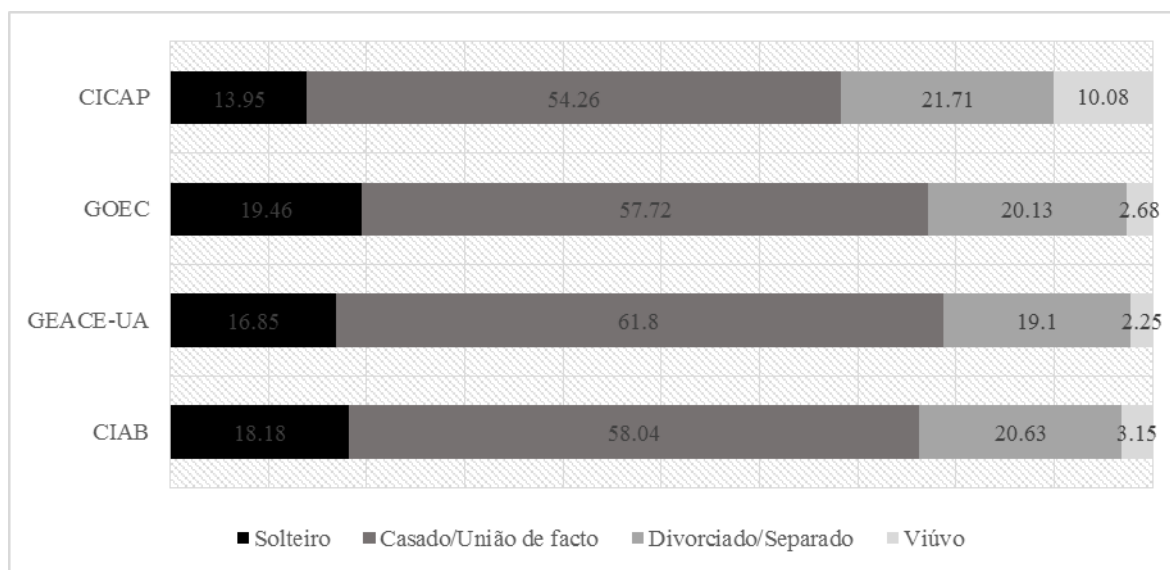
**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2.1.1.3. Estado civil

Analisar o estado civil das pessoas que se deslocaram aos gabinetes de apoio ao consumidor endividado é de duplo interesse, uma vez que, esta variável é apontada como um dos determinantes do sobre-endividamento tanto numa perspetiva de choque (divórcio) como associada aos fatores sociodemográficos.

O gráfico 9 revela que em todos os gabinetes a grande maioria dos consumidores são casados ou vivem em união de facto (percentagem superior a 50% em todos os gabinetes da RACE). Seguem-se os divorciados ou separados (com uma percentagem na ordem dos 20%), os solteiros e, por último, os viúvos. É importante destacar que no Porto existe uma maior intensidade de consumidores viúvos e uma menor intensidade de solteiros a solicitarem ajuda face às demais regiões em análise.

**Gráfico 9** – Distribuição dos consumidores por estado civil



**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2.1.1.4. Habilitações literárias

No que diz respeito às habilitações literárias dos consumidores é verificado, através da tabela seguinte, a existência de uma grande diversidade dos níveis educacionais. O nível predominante em Braga, Aveiro e Lisboa é o ensino secundário, seguido pelo 3º ciclo. No Porto o nível de escolaridade predominante é o 3º ciclo (33.07%), seguido pelo ensino secundário (23.62%). É ainda importante destacar que o terceiro nível de ensino a

predominar nas zonas norte e centro (CIAB, CICAP e GEACE-UA) é o 1º ciclo, enquanto que, na zona sul o destaque vai para o grau universitário (13.79%). Por último, denota-se que o ensino ao nível da pós-graduação ou superior ocupa o lugar de menor destaque da amostra em todos os gabinetes.

**Tabela 4** - Habilitações literárias dos consumidores

	<b>CIAB</b>	<b>GEACE-UA</b>	<b>GOEC</b>	<b>CICAP</b>
	<b>Braga</b>	<b>Aveiro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Porto</b>
1º - 4º	19.35	15.91	12.41	18.9
5º - 6º	17.2	11.36	8.28	6.3
7º - 9º	24.37	18.18	20	33.07
10º - 12º	26.52	32.95	37.93	23.62
Certificado técnico profissional	1.08	7.95	5.52	6.3
Grau Universitário	10.39	7.95	13.79	11.02
Pós graduação ou superior	1.08	5.68	2.07	0.79
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Antes de passar ao ponto seguinte, é importante destacar que ser detentor de um elevado nível de habilitações literárias não implica possuir bons conhecimentos de literacia financeira. Neste sentido, embora a elevada formação possa contribuir para a redução do sobre-endividamento, não implica a ausência desta problemática.

### **3.2.1.1.5. Dimensão do agregado familiar**

Como evidenciado no capítulo I, a dimensão do agregado familiar e o número de dependentes são alguns dos fatores determinantes do sobre-endividamento (European Commission (2008) e Shichs (2010; 2013)). O risco de sobre-endividamento aumenta com o número de filhos e é superior em famílias numerosas.

Ao analisar-se a tabela seguinte conclui-se que a dimensão dos agregados varia entre 1 e 10 elementos e a maioria das famílias possui 3 indivíduos. Os agregados mais numerosos encontram-se no distrito de Braga e os menos numerosos situam-se no Porto.

**Tabela 5** - Dimensão dos agregados familiares dos consumidores

Dimensão do agregado	CIAB	GEACE-UA	GOEC	CICAP
	Braga	Aveiro	Lisboa	Porto
1	21.63	17.98	22.92	29.71
2	21.28	23.6	17.36	27.54
<b>3</b>	<b>28.72</b>	<b>38.2</b>	<b>28.47</b>	<b>29.71</b>
4	20.92	15.73	23.61	7.25
5	4.96	2.25	6.25	5.8
6	1.42	1.12	0.69	-
7	-	1.12	-	-
8	0.35	-	-	-
9	0.35	-	0.69	-
10	0.35	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6 permite verificar que as famílias que recorreram aos gabinetes de Braga e Aveiro são as que possuem um maior número de filhos a cargo, com um total de 4 e 5 filhos, respetivamente. Além disso, é ainda verificado, que o maior peso se encontra nas famílias sem filhos a cargos (35.51% e 40.45%, em Braga e Aveiro, respetivamente).

Ao analisar-se os gabinetes de Lisboa e Porto denota-se que o maior peso está nas famílias com dois filhos a cargo (39.36%) e nas famílias sem filhos a cargos (52.63%), respetivamente.

**Tabela 6** - Número de filhos a cargo

Número de filhos a cargo	CIAB	GEACE-UA	GOEC	CICAP
	Braga	Aveiro	Lisboa	Porto
0	35.51	40.45	13.83	52.63
1	34.78	34.83	38.3	31.58
2	18.84	20.22	39.36	12.78
3	7.25	1.12	8.51	3.01
4	3.62	2.25	-	-
5	-	1.12	-	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

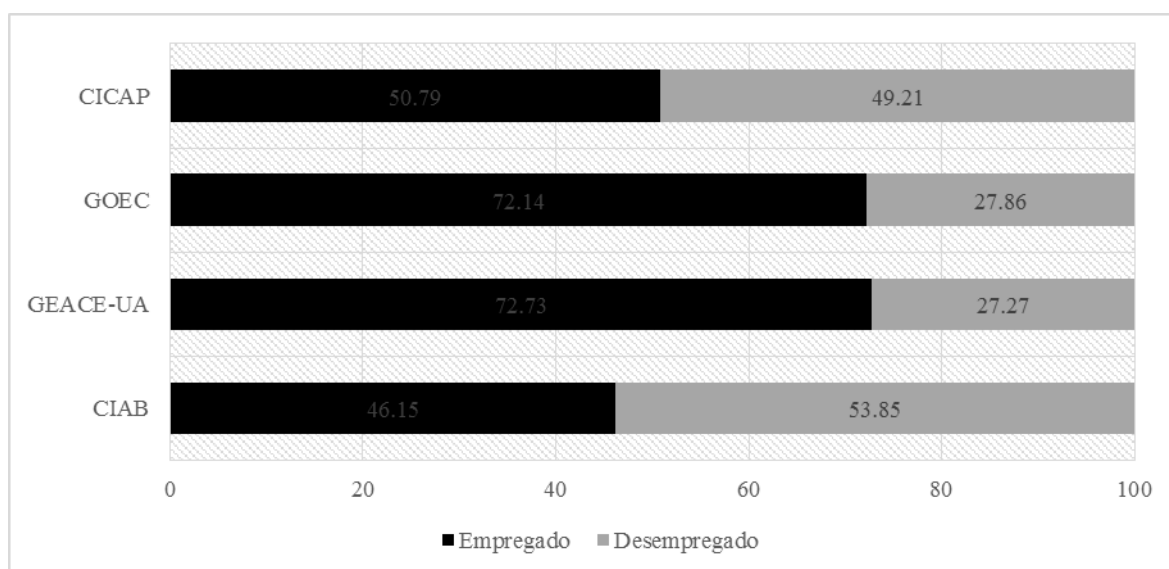


### 3.2.1.1.6. Situação profissional

Como já referido no capítulo I, a situação profissional dos indivíduos ocupa um lugar de destaque, no que aos determinantes do sobre-endividamento diz respeito, dado estar associado ao rendimento e às suas possíveis flutuações (European Commission, 2008).

Denota-se, através do gráfico 10, que a esmagadora maioria dos consumidores que recorreram ao GOEC e ao GEACE-UA se encontram empregados, situação não verificada nos restantes gabinetes. Dos consumidores que recorreram ao CICAP aproximadamente metade encontravam-se empregados (50,79%) e dos que procuraram ajuda junto do CIAB apenas 46,15% possuíam emprego.

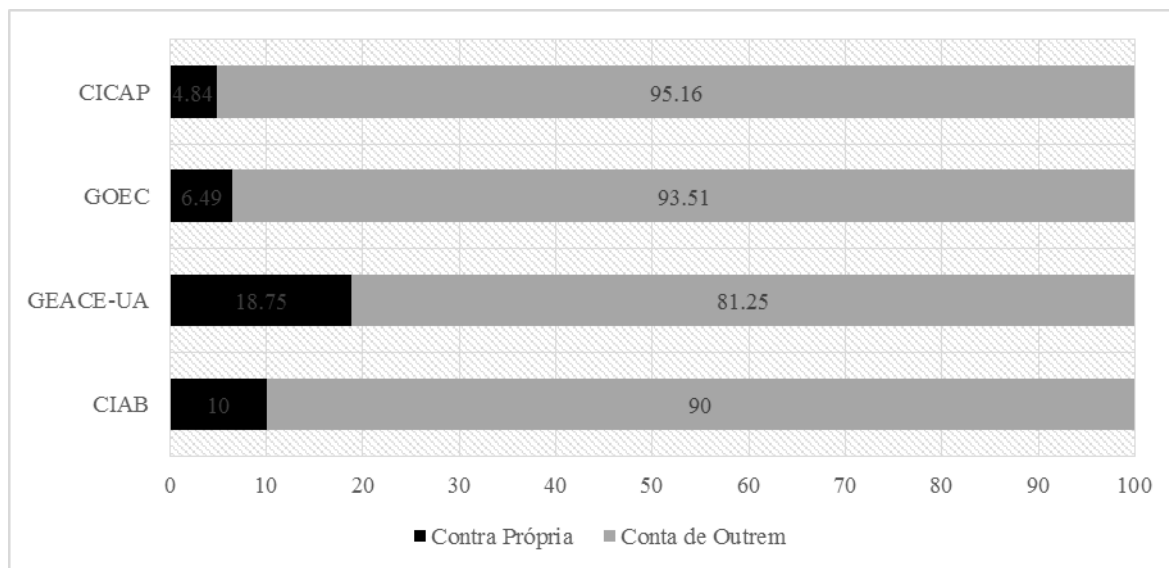
**Gráfico 10** - Distribuição dos consumidores por Situação profissional



**Fonte:** Elaboração própria

Dos trabalhadores com atividade profissional ativa, conclui-se que a grande maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem. O maior peso de trabalhadores por conta própria recorreram ao Gabinete Extrajudicial de Apoio ao Consumidor Endividado da Universidade de Aveiro (18.75%), como pode ser verificado pelo gráfico 11.

**Gráfico 11 - Tipo de emprego dos consumidores**



**Fonte:** Elaboração própria

### **3.2.1.2. Características económicas**

#### **3.2.1.2.1. Rendimento líquido mensal do agregado familiar**

Falar do Rendimento familiar é o mesmo que falar de um dos fatores mais importantes do sobre-endividamento, como já referenciado por várias vezes ao longo do presente trabalho. Isto porque além deste estar sujeito a choques inesperados (e.g., corte salarial, desemprego ou redução do número de horas de trabalho), pode ainda ser de reduzido valor o que poderá conduzir a uma situação de dificuldades financeiras.

A tabela 7 demonstra que a maioria dos consumidores que procuraram ajuda junto do CIAB e do CICAP apresentavam um rendimento líquido mensal compreendido entre os 506€ e os 805€. Os que procuraram auxílio na resolução da sua situação financeira junto do GEACE-UA e do GOEC apresentavam um rendimento líquido mensal entre os 806€ e os 1.200€.

É ainda possível evidenciar que dos consumidores que se deslocaram ao CIAB, GEACE-UA, GOEC e CICAP, 30.25%, 15.75%, 20.81% e 26.98%, respetivamente, possuíam um rendimento líquido mensal igual ou inferior ao salário mínimo, isto é, inferior a 505€. Situação esta que pode levar a uma situação de dificuldades financeiras ou, até mesmo, de pobreza.

**Tabela 7** - Rendimento Líquido Mensal do agregado familiar

<b>RLM</b>	<b>CIAB</b>	<b>GEACE-UA</b>	<b>GOEC</b>	<b>CICAP</b>
	<b>Braga</b>	<b>Aveiro</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Porto</b>
Sem Rendimentos	8.45	1.12	6.04	6.35
<Salário mínimo	20.77	8.99	14.77	19.84
Salário mínimo (505€)	1.06	5.62	-	0.79
506€ - 805€	25.35	21.35	24.83	29.37
806€ - 1200€	24.3	34.83	24.83	25.4
1201€ - 1780€	12.68	17.98	16.78	12.7
1781€ - 2150€	4.23	3.37	8.05	3.17
>2150€	3.17	6.74	4.7	2.38
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

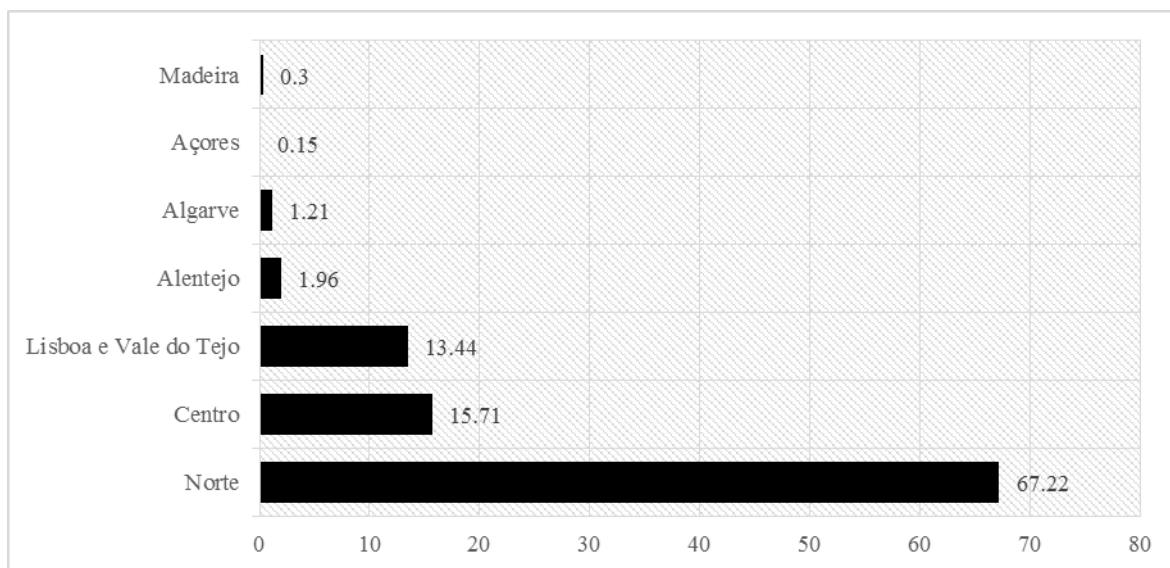
### 3.2.2. Distribuição geográfica

A compilação da informação levou a que se registasse um diferente número de casos consoante o gabinete. Assim, a repartição geográfica resulta das observações recolhidas não sendo forçosamente um retrato à escala da população nacional.

A distribuição geográfica da amostra revela a existência de um maior número de pedidos de ajuda por parte dos consumidores da região norte do país (67.22%), seguida dos da zona centro (15.71%) e de Lisboa e Vale do Tejo (13.44%). O menor número de casos pertence ao Algarve, Açores e Madeira<sup>14</sup>, como pode ser verificado pelo gráfico 12. Desta feita verificamos que a disponibilidade dos gabinetes ou até mesmo a sua agilidade poderá estar na base do número de respostas aos pedidos de ajuda, sendo de referir que poderão existir casos não incluídos nesta base por diferentes ordens de razões.

<sup>14</sup> O reduzido número de casos da Madeira na amostra resulta da existência do Serviço de Defesa do Consumidor do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais da Madeira (IPRAM) - gabinete que pertence à RACE – no qual não foi possível fazer a recolha dos dados. Ainda assim, conseguiu apurar-se que nos primeiros dois trimestres de 2015 o mesmo foi procurado por 343 famílias/indivíduos.

**Gráfico 12 - Distribuição geográfica da amostra**



**Fonte:** Elaboração própria

Ainda que a presente distribuição seja “distorcida”, dada a localização dos gabinetes, a tendência deste fenómeno parece apontar para as zonas urbanas. Frade (2008) e Schicks (2010; 2013) defendem que o consumo associado ao sobre-endividamento tende a ser maior nas zonas urbanas, o que vai de encontro ao resultado obtido.

### **3.2.3. Disponibilidade financeira do consumidor**

Uma das razões mais frequentemente apontadas para justificar o incumprimento é a impossibilidade financeira. Um total de 49,11% refere não ter capacidade para pagar. Ainda assim, esta perceção é individual e subjetiva, ancorando-se apenas nas prioridades do agente.

A disponibilidade financeira, num contexto de cumprimento de obrigações bancárias, poderá ser aproximada ao valor remanescente relativamente ao limiar da pobreza, isto é, o excesso do rendimento mensal líquido relativamente ao valor considerado estritamente necessário para suprir as necessidades básicas. Em Portugal este valor é de aproximadamente 411€ considerando os dados apresentados pelo Pordata<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> <<http://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>>, acedido em 6 de Outubro de 2015.

Os indivíduos que apresentem um valor de rendimento superior a este nível considerar-se-ão com disponibilidade financeira. Assim, poderemos antecipar diferentes ordens de razões para o incumprimento, que nalguns casos se revela incontornável e noutros casos ultrapassável pela repriorização dos padrões de consumo.

**Tabela 8** – Repartição dos consumidores consoante os estratos de rendimento

<b>Estratos de Rendimento (€)</b>	
<0	16.18%
0-200	18.95%
201-411	17.26%
412-600	12.48%
>601	35.13%
	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria

Considerando os resultados apresentados na tabela 8, verifica-se que cerca de metade dos consumidores revela um nível de rendimento superior àquele que se designa por limiar da pobreza, revelando por isso disponibilidade para pagar. Importaria compreender qual o motivo inerente a esta inversão de preferências, deixando em segundo plano os compromissos financeiros.

#### **3.2.4. Constrangimentos financeiros do consumidor**

Os consumidores tendem a justificar as suas fragilidades financeiras com base em fatores externos em vez de assumirem os seus erros, refere a European Commission (2008).

De acordo com a tabela 9 as principais razões apresentadas pelos consumidores são a redução de rendimentos e o desemprego, situação que vai de encontro ao referido anteriormente. Ainda assim, denota-se que os consumidores que procuraram os gabinetes da zona centro e sul tendem a assumir que as suas fragilidades económicas também estão relacionadas com os seus erros/falta de controlo (18.6% e 14.4%, respetivamente).

Apesar de mais incipiente, a mudança nos custos do contrato parece ser um motivo para os incumprimentos em 18.9% dos casos nos consumidores do GOEC, e surge um valor similar para o GEACE – UA (17.4%), eventualmente estas revisões por parte do

mutuante assumem um efeito perverso, inibindo o cumprimento contratual; seria de considerar a aplicação de penalizações no longo prazo sem alterar o esfoço mensal.

**Tabela 9** - Principais razões para as dificuldades financeiras dos consumidores

	<b>Redução Rendimento</b>	<b>Aumento Custos Crédito</b>	<b>Desemprego</b>	<b>Morte</b>	<b>Divórcio</b>	<b>Doença</b>	<b>Descontrolo</b>
<b>CIAB</b>	35.7%	0.0%	50.3%	2.4%	12.6%	13.6%	0.0%
<b>GEACE-UA</b>	70.9%	17.4%	44.2%	5.8%	9.3%	8.1%	18.6%
<b>GOEC</b>	71.2%	18.9%	47.7%	3.6%	7.2%	0.9%	14.4%
<b>CICAP</b>	45.6%	0.7%	36.0%	2.9%	9.6%	14.3%	3.0%

Fonte: Elaboração própria

### **3.1.5. Distribuição do endividamento**

Com base nas caraterísticas associadas aos créditos, tais como, número de créditos contraídos pelos consumidores, número de créditos com prestações em atraso, tipo de entidade de crédito que os consumidores mais procuram, entre outras, será possível traçar a estrutura de endividamento do consumidor que procurou os gabinetes da RACE, que compõem a amostra.

#### **3.2.5.1. Número de créditos**

De acordo com a European Commission (2008), o número de créditos contraídos pelos consumidores é um indicador relevante na análise da problemática do sobre-endividamento. Um aumento do número de créditos está associado a um nível de endividamento superior.

Ao analisar os resultados da amostra, visíveis pela tabela seguinte, verifica-se que em Braga e no Porto o número de créditos mais referenciado é um (38.81% e 35.71%, respetivamente). Em Aveiro e Lisboa esse número aumenta para três créditos assumindo valores de 17.98% e 15.33%, respetivamente.

Além do já mencionado é relevante referenciar que a maior parte dos consumidores encontram-se multiendividados e apenas 1,4% dos indivíduos que se deslocaram ao CIAB

e 1.33% dos que recorreram ao GOEC afirmaram não possuir quaisquer dívidas de crédito.<sup>16</sup>

A informação revela ainda que existem consumidores que possuem mais de 10 créditos, valor demasiado avultado e que, possivelmente, é o resultado de uma banca pouco restritiva (fácil acesso ao crédito).

**Tabela 10** - Número de obrigações contratuais dos consumidores

Número de Créditos	CIAB Braga	GEACE-UA Aveiro	GOEC Lisboa	CICAP Porto
0*	1.4	-	1.33	-
1	38.81	10.11	12	35.71
2	23.78	14.61	14.67	15.71
3	13.99	17.98	15.33	14.29
4	8.04	12.36	9.33	10
5	4.55	14.61	10.67	8.57
6	2.1	12.36	11.33	4.29
7	3.5	4.49	6	2.86
8	1.75	6.74	4.67	4.29
9	0.7	2.25	2	0.71
≥10	1.4	4.49	12.67	3.57
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

### 3.2.5.2. Créditos em incumprimento

Como referido no capítulo I, existe uma relação de grande proximidade entre o incumprimento e o sobre-endividamento, uma vez que ter prestações em atraso leva ao sobre-endividamento.

A tabela 11 revela que possuir 1 crédito em incumprimento assume maior peso em Braga e Porto (40.21% e 42.54%, respetivamente), enquanto que em Aveiro e Lisboa esse valor é nulo (35.96% e 27.27%). Acredita-se que este valor 0 resulte da existência de expectativas pessimistas face ao futuro, o que faz com que os consumidores procurem soluções antecipadas para que consigam dar continuidade ao pagamento das prestações. Ainda assim, é claro que a maioria dos consumidores que recorreram aos gabinetes em análise possuem créditos em incumprimento.

<sup>16</sup> \*É importante referir que o número de créditos nulos é o resultado de existirem consumidores que recorreram aos gabinetes sem possuir dívidas de crédito, mas detentores de dívidas de bens e serviços (p.e. água, luz, telefone, entre outras).

**Tabela 11** - Número de créditos em incumprimento

<b>Nº Créditos Incumprimento</b>	<b>CIAB Braga</b>	<b>GEACE-UA Aveiro</b>	<b>GOEC Lisboa</b>	<b>CICAP Porto</b>
0	33.22	35.96	27.27	37.31
1	40.21	25.84	24.48	42.54
2	14.34	8.99	16.08	10.45
3	6.99	10.11	11.19	6.72
4	3.15	14.61	7.69	2.24
≥ 5	2.09	4.49	13.29	0.75
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Elaboração própria

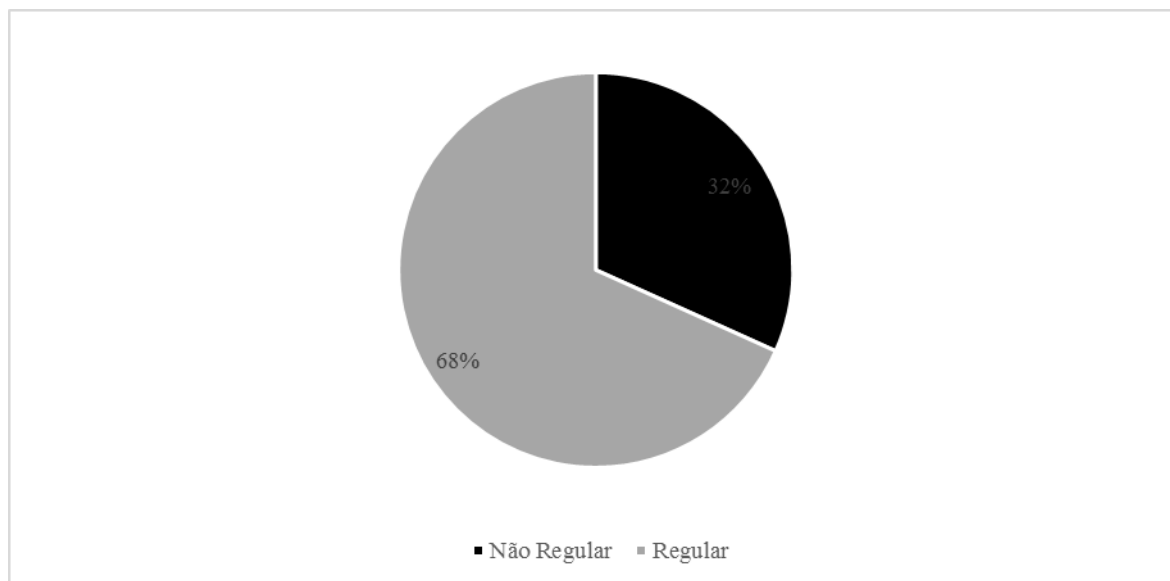
A valorização das responsabilidades financeiras por parte das famílias diferencia a origem da dívida, isto é, atribui-se um maior pendor de importância aos créditos associados a bens tangíveis relativamente aos demais. Aliás, o crédito à habitação, para além de ser aquele que mais famílias contraem é o que tende a estar regular mesmo existindo situações de não pagamento.

Além do já referido, é importante salientar que 68% dos consumidores que possuem crédito à habitação, possuem-no regular, independentemente dos restantes créditos que possam possuir (ver gráfico 13). Isto demonstra claramente que estes tendem a possuir as prestações regulares do bem com garantia real (hipoteca).

Este fenómeno decorre de alguma lacuna em sede de literacia financeira, já que as famílias são levadas a crer que a regularidade deste contrato permite-lhes evitar todo o tipo de problemas com a posse do bem, o que não corresponde inteiramente à verdade, apenas atrasando eventuais penhoras futuras das instituições onde os demais créditos foram incumpridos.



**Gráfico 13 - Regularidade das prestações do crédito à habitação**



**Fonte:** Elaboração própria

### **3.2.5.3. Distribuição da dívida no sistema financeiro**

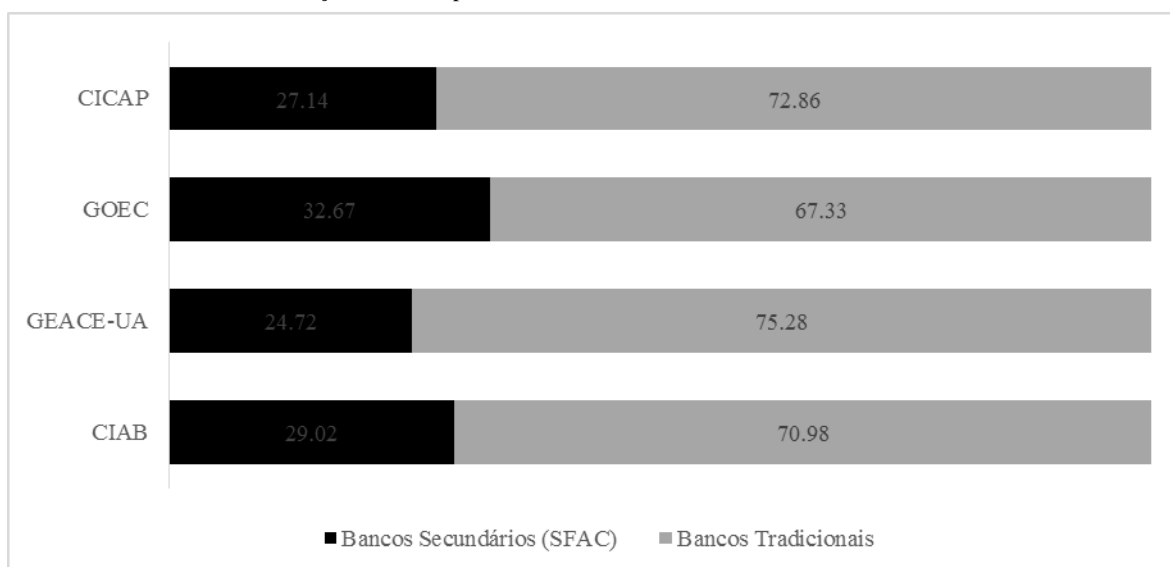
De acordo com Silva (2014), contrair créditos junto das SFACs aumenta a probabilidade do consumidor ficar sobre-endividado. Neste sentido, destaca que os consumidores tendem a optar pelos bancos tradicional dado que as SFACs estão associadas a situações mais graves.

Analisando o gráfico 14 denota-se que a grande maioria dos consumidores opta pelos bancos tradicionais<sup>17</sup> para contratar créditos em detrimento das SFACs, situação que vai de encontro ao referido anteriormente.

Nesta linha de raciocínio, surge a hipótese de que mais do que um problema de falta literacia financeira existe a falta de regulação às instituições de crédito.

<sup>17</sup> Considerou-se como bancos tradicionais: Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco, Millennium, Santander Totta, Banif, BPI, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, as Caixas Económicas (Montepio) e o Banco Popular. Como bancos secundários considerou-se as instituições de crédito restantes.

**Gráfico 14 - Distribuição da dívida pelos bancos**



**Fonte:** Elaboração própria

Da tabela 12 podemos verificar que as instituições ditas de crédito tradicional são na amostra aquelas que concederam uma maior percentagem de crédito às famílias. No entanto, quando comparamos esta atribuição com o incumprimento, verifica-se que instituições secundárias apresentam níveis mais elevados de incumprimento no agregado. Este valor é altamente influenciado pelo elevadíssimo nível de incumprimento afeto ao Barclays; caso este fosse retirado da análise os bancos tradicionais teriam um resultado mais negativo no que concerne ao incumprimento.

**Tabela 12 - Peso genérico das entidades de crédito**

<b>Instituição Financeira</b>	<b>% Créditos p/ IF</b>	<b>% Incumprimento p/ IF</b>
<b>CGD</b>	10.77%	6.51%
<b>Novo Banco</b>	4.36%	4.69%
<b>Millennium</b>	12.15%	10.29%
<b>Santander</b>	10.77%	10.86%
<b>BPI</b>	4.32%	4.23%
<b>Montepio</b>	6.59%	5.49%
<b>Outros Bancos Primários</b>	5.88%	5.83%
	<b>54.85%</b>	<b>47.89%</b>
<b>Credibom</b>	3.56%	4.46%
<b>Cofidis</b>	7.17%	9.49%
<b>Cetelem</b>	8.46%	8.69%
<b>Oney</b>	3.21%	3.20%
<b>Unicre</b>	2.49%	1.94%
<b>Barclays</b>	14.78%	17.94%
<b>Outros Bancos Secundários</b>	5.48%	6.40%
	<b>45.15%</b>	<b>52.11%</b>
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Seria de considerar uma análise mais detalhada das razões do incumprimento uma vez que aparenta que algumas instituições sejam pouco criteriosas na escolha dos mutuários, o que poderia indiciar coresponsabilidade neste problema.

**Tabela 13 – Maturidade do contrato vs incumprimento**

<b>% Percentagem de cumprimento</b>	
0% - 25%	46.28%
26% - 50%	27.27%
51% - 75%	18.18%
>75%	8.26%
	<b>100%*</b>

\* Estas percentagens resultam da ponderação apenas para os indivíduos com informação integralmente disponível

Fonte: Elaboração própria

Seria de esperar que a generalidade dos indivíduos fizesse uma apreciação crítica à sua capacidade de pagamento e que por isso os contratos não entrassem em incumprimento na sua fase inicial dado que não será provável a existência de factos modificativos relevantes num horizonte temporal curto.

De certa forma, a aproximação do fim do contrato representa um estímulo adicional no sentido do seu cumprimento. Na tabela 13 verifica-se uma reduzida percentagem de incumprimentos em contratos nos quais já foi liquidado mais de 75% do capital em dívida.

Curiosamente, cerca de 46% dos contratos relativos às famílias da amostra foram incumpridos numa fase muito inicial, tendo sido paga uma quantia que representa menos de um quarto do total do valor em dívida. À priori poderia pensar-se que houve erro de avaliação por parte dos indivíduos na contração do crédito atendendo à rapidez com que deixaram de ser capazes de o pagar, contudo, uma análise de pormenor permite concluir que muitos destes créditos resultam de reestruturações de créditos anteriores demonstrando por isso a não adequação do novo contrato proposto pelo banco e eventualmente a baixa capacidade negocial das famílias nessa situação.

### **3.2.6. Mecanismos de combate ao sobre-endividamento**

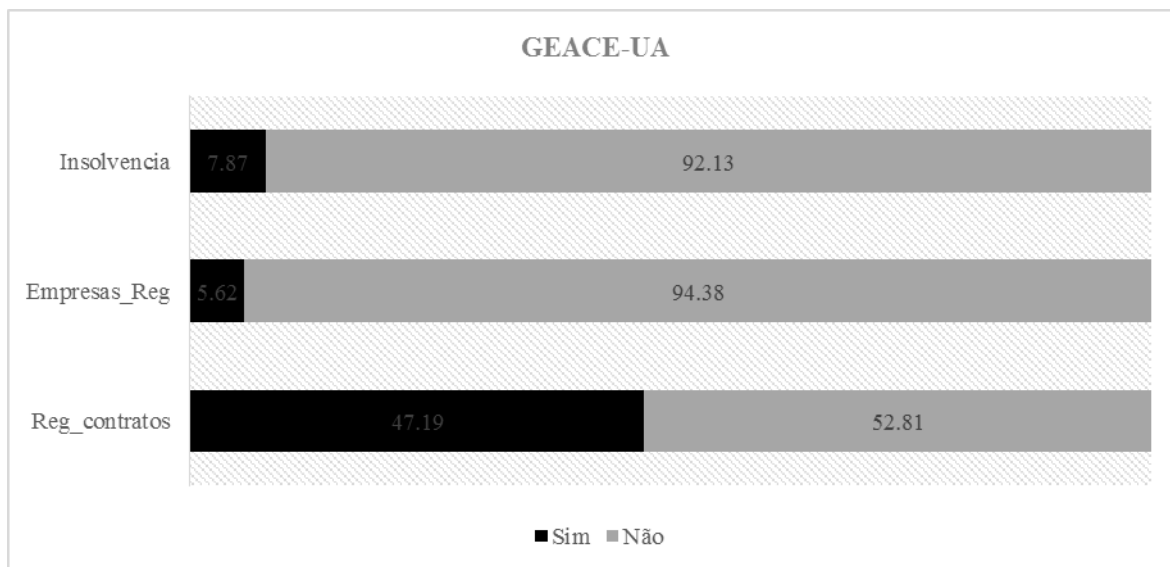
Os dados da amostra, relativos aos gabinetes de Lisboa e Aveiro, permitem ainda averiguar quais os recursos utilizados pelos consumidores para a resolução da sua situação financeira, revelando que a opção passa por renegociar os seus contratos de crédito junto das respetivas entidades de crédito, recorrem a empresas que efetuam a consolidação e renegociação dos créditos e pela insolvência.

O gráfico 15 revela que o principal recurso utilizado pelos consumidores que recorreram ao GEACE-UA passa pela renegociação dos seus créditos junto das respetivas entidades bancárias (47.19%), seguindo-se a insolvência (7.87%) e, por último, o recurso a empresas que efetuam a consolidação e renegociação dos créditos (5.62%). A menor procura pelas empresas resulta, possivelmente, da existência de um custo adicional para o consumidor.

Os consumidores que recorrem ao pedido de insolvência tendem a ser os que já possuem vários meses de incumprimento dos seus créditos, as expectativas futuras não indicam melhorias e não conseguem chegar a um acordo com a entidade bancária dada a sua falta de capacidade financeira para suportar com o valor das prestações apresentadas

(em alguns casos os consumidores não conseguem pagar qualquer valor dada a falta de rendimentos do agregado).

**Gráfico 15** – Recursos utilizados pelos consumidores para a resolução da sua situação financeira: GEACE-UA



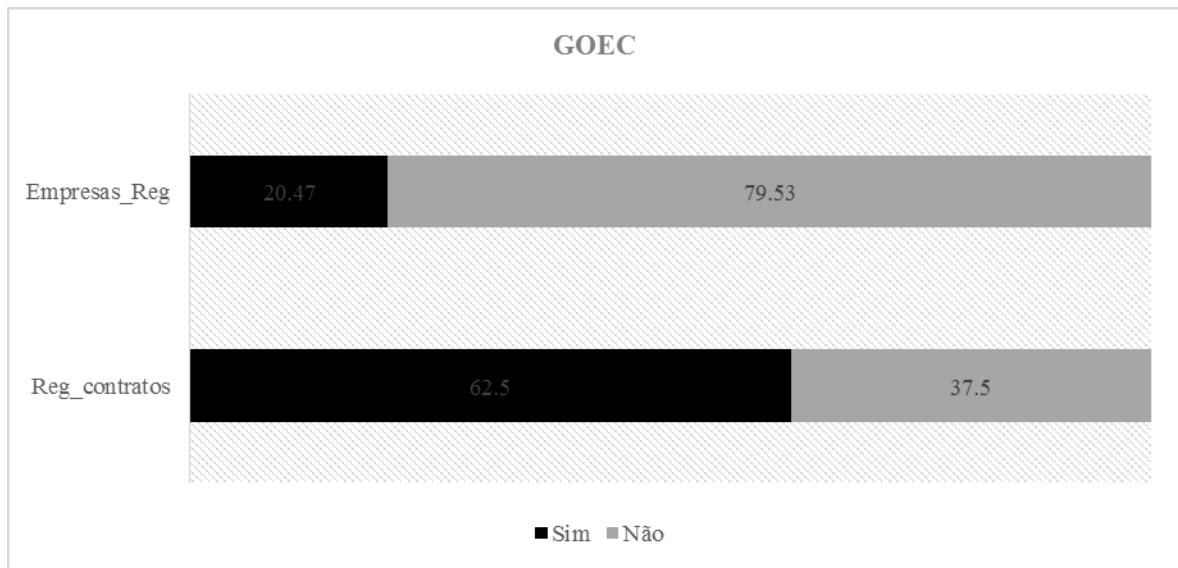
**Fonte:** Elaboração própria

O gráfico 16 demonstra que no GOEC a renegociação dos contratos é a preferência dos consumidores (62.5%), seguida pelo recurso às empresas que efetuam a consolidação e renegociação dos créditos (20.47%).

Importa ainda referir que embora o recurso à insolvência não seja demonstrada pelo gráfico, não implica a inexistência de pessoas que recorreram a tal recurso. Resulta sim da falta de informação deste dado na ficha técnica do gabinete.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> A equipa do GOEC referiu a existência de vários casos de insolvência, contudo não foi possível apurar esses dados estatísticos no ato da recolha dos dados.

**Gráfico 16** - Recursos utilizados pelos consumidores para a resolução da sua situação financeira: GOEC



**Fonte:** Elaboração própria

### 3.3. Fatores explicativos do sobre-endividamento

No sentido de analisar os fatores explicativos do sobre-endividamento e da sua gravidade, foi estimado o que se conhece na literatura como um modelo “hurdle” (barreira). A função de verosimilhança global deste modelo é construída como o produto de duas componentes ou funções de verosimilhança separadas. A primeira componente refere-se à verosimilhança de que um qualquer indivíduo  $i$  é ou não sobre-endividado, usando-se uma especificação logit binomial definida sobre um vetor de variáveis explicativas  $x_i$  e correspondente vetor de parâmetros  $\alpha$ . Nesta especificação, a variável dependente toma o valor 1 se o indivíduo se encontra sobre-endividado e o valor 0 no caso contrário. Uma vez que esta especificação não é linear, as estimativas dos parâmetros associados às variáveis explicativas não medem o impacto de alterações nos valores das variáveis explicativas sobre a variável dependente. Desta forma, opta-se no presente trabalho por apresentar apenas os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a variável dependente. Estes efeitos medem o impacto de uma alteração unitária numa variável explicativa sobre a probabilidade de os indivíduos se encontrarem sobre-endividados, mantendo constantes os valores das outras variáveis explicativas incluídas no modelo.

A segunda componente do modelo hurdle pretende captar a gravidade do sobre-endividamento dos indivíduos que se encontram sobre-endividados. Opta-se no presente trabalho por medir a gravidade do sobre-endividamento pelo número de créditos em incumprimento detido pelo indivíduo sobre-endividado. Assim, esta componente é a verosimilhança, *condicionada* no sobre-endividamento, do número de créditos em incumprimento pelo indivíduo sobre-endividado  $i$ , usando-se uma especificação de Poisson (dada a natureza de contagem da variável dependente) definida sobre um vetor de variáveis explicativas  $x_i$  e correspondente vetor de parâmetros  $\beta$ . Também no caso da especificação de Poisson, os parâmetros  $\beta$  não correspondem aos efeitos marginais das variáveis explicativas, pelo que também nesta segunda componente se opta por apresentar apenas os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a variável dependente que, neste caso, medem o impacto de uma alteração unitária numa variável explicativa sobre o número médio de créditos em incumprimento detido pelos indivíduos sobre-endividados, mantendo constantes os valores das outras variáveis explicativas incluídas no modelo.

Assim, a estimação da função de verosimilhança global do modelo hurdle requer a estimação dos vectores de parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  (veja-se, por exemplo, Greene (2003) para uma descrição e formulação matemática/estatística deste modelo), podendo estimar-se separadamente as duas componentes por máxima verosimilhança e obter-se, como mostrado por McDowell (2003), estimativas consistentes e eficientes dos parâmetros do modelo, o que é feito no presente trabalho usando o software STATA<sup>®</sup>.

Finalmente, importa referir que as variáveis explicativas em cada uma das componentes do modelo hurdle não têm necessariamente que ser as mesmas. No entanto, na medida em que a literatura existente (revista anteriormente) aponta essencialmente fatores explicativos da probabilidade de sobre-endividamento mas não da sua gravidade, opta-se no presente trabalho por manter as mesmas variáveis explicativas nas duas componentes do modelo hurdle.

As variáveis explicativas incluídas no modelo são: a variável binária *Feminino* que toma o valor 1 se o indivíduo (titular dos contratos junto dos gabinetes) é do sexo feminino e o valor 0 se é do sexo masculino; a variável *DimAgreg*, medindo o número total de pessoas que fazem parte do agregado familiar; a variável *Dependentes*, medindo o número de dependentes do agregado familiar; a variável *Idade*, medindo a idade, em anos, dos indivíduos; a variável binária *Casado* que toma o valor 1 se o indivíduo é casado ou vive

em união de facto e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Divorciado* que toma o valor 1 se o indivíduo é divorciado ou separado e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Viúvo* que toma o valor 1 se o indivíduo é viúvo e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Escolaridade* que toma o valor 1 se o indivíduo possui um curso técnico, licenciatura ou grau superior e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Priorização* que toma o valor 1 se o indivíduo mantém o crédito com garantia real regularizado e outros créditos em incumprimento e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Emprego* que toma o valor 1 se o indivíduo se encontra empregado e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Bancos* que toma o valor 1 se a maior parte da dívida do indivíduo foi contraída junto de bancos tradicionais e o valor 0 em caso contrário; a variável *Rendimento*, medindo o rendimento líquido mensal, em euros, do agregado familiar; a variável *Disponibilidade* que toma o valor 0 se o rendimento líquido mensal do agregado familiar é inferior ao limiar de pobreza definido para Portugal e o valor da diferença entre o rendimento do agregado e este limiar no caso contrário; a variável binária *Lisboa* que toma o valor 1 se os dados foram recolhidos no Gabinete de Lisboa e o valor 0 em caso contrário; a variável binária *Braga* que toma o valor 1 se os dados foram recolhidos no Gabinete de Braga e o valor 0 em caso contrário; e, finalmente, a variável binária *Porto* que toma o valor 1 se os dados foram recolhidos no Gabinete do Porto e o valor 0 em caso contrário.

Juntamente com os valores médios das variáveis explicativas (“Média”), os resultados da estimação por máxima verosimilhança do conjunto do modelo hurdle são apresentados na Tabela 14. Para efeitos de inferência estatística, toma-se como variável estatisticamente significativa aquela cujo efeito marginal apresente um p-value menor ou igual a 0.05.

Como se pode verificar nos resultados apresentados na parte superior da tabela seguinte, de entre as variáveis explicativas relacionadas com fatores sociodemográficos, apenas a variável *Divorciado* se revela estatisticamente significativa sobre a probabilidade de sobre-endividamento, com os indivíduos divorciados ou separados a apresentarem uma probabilidade de sobre-endividamento superior à dos indivíduos solteiros (a categoria omitida) em cerca de 18 pontos percentuais.

De acordo com a literatura as probabilidades de incumprimento estão condicionadas à natureza da instituição com a qual se contratualiza a obrigação. Assim,



contrair crédito numa instituição tradicional e numa SFAC influenciarão de forma distinta a probabilidade de estar sobre-endividado. Segundo Silva (2014) os mutuários das SFACs terão uma probabilidade acrescida de estarem sobre-endividados relativamente a indivíduos com características análogas que optem por firmar contrato com os bancos tradicionais.

Existe evidência suficiente para confirmar o que se encontra postulado na literatura, porquanto, com tudo o resto constante, os indivíduos cuja maior parte da dívida foi contraída junto de bancos tradicionais apresentam uma probabilidade de sobre-endividamento inferior em cerca de 13 pontos percentuais do que os indivíduos cuja maior parte da dívida foi contraída junto dos bancos secundários. Em suma, o sinal estimado confirma a proposta teórica.

O cumprimento das obrigações bancárias depende, em primeira instância, da capacidade financeira do indivíduo. A disponibilidade de dinheiro é uma condição cabal ao pagamento. No entanto, e apesar de ter contraído as obrigações o indivíduo pode estar incapacitado de as cumprir seja por razões exógenas, seja porque repriorizou as suas obrigações. Por vezes, ficar sobre-endividado resulta de fatores absolutamente imponderáveis não podendo a sua causa ser imputável a nenhuma das partes. O desemprego é um dos exemplos mais frequentes. A evidência empírica revela que a verificação de fenómenos que alteram a situação socioeconómica do indivíduo como o desemprego aumentarão a probabilidade de sobre-endividamento (Schicks (2010; 2013; 2014), Disney et al. (2008), Anderloni e Vandone (2008) e European Commission (2008; 2013)). De acordo com os resultados obtidos, no presente trabalho, a situação dos indivíduos face ao emprego não afeta a probabilidade de sobre-endividamento, o que talvez resulte da introdução no modelo da variável explicativa que capta a priorização das obrigações dos indivíduos.

De facto, de entre as variáveis explicativas consideradas, a que apresenta um efeito de maior magnitude é a variável *Priorização*, com os indivíduos que mantêm o crédito com garantia real regularizado e outros créditos em incumprimento a apresentarem uma probabilidade de sobre-endividamento superior em cerca de 31 pontos percentuais do que os indivíduos que não fazem esta opção de priorização de créditos.

A literatura refere de forma recorrente que um dos motivos inerentes a estar sobre-endividado reside na incapacidade de compreender as implicações inerentes aos créditos

contraídos e a gestão das obrigações versus a capacidade de pagamento (Disney et al. (2008) e Schicks (2014)). Esta lacuna é identificada como ausência de literacia financeira. Logo, é frequente considerarem que os consumidores se encontram sobre-endividados porque não possuem as devidas competências para avaliar o impacto do crédito no seu quotidiano.

Segundo Disney et al. (2008) e Schicks (2014) se estes consumidores possuísssem valências do foro formativo teriam à prioristicamente evitado a situação em que se encontram. O aumento da escolaridade é tido como determinante na redução da probabilidade de se sobre-endividar (Schicks (2010; 2013) e European Commission (2013)). A hipótese de mais formação académica gerar ou reduzir o sobre-endividamento de todo em todo é redutora uma vez que nem sempre o incumprimento resulta de fatores à priorísticos ou erros de avaliação.

De todo o modo, empiricamente a variável *superior* não se mostrou estatisticamente significativa. A formação académica não poderá de todo em todo ser condição suficiente para considerar que o consumidor possui idoneidade para ajuizar sobre os conteúdos dos contratos que firma. Na tomada de decisões relevantes ao crédito, o conhecimento das cláusulas contratuais e respetivas consequências parece ser fundamental para uma correta avaliação das opções a tomar agora que está sobre-endividado. Assim, ao invés da formação escolar, será porventura, a ausência da literacia financeira numa vertente mais jurídica que leva os indivíduos a tomar ações menos favoráveis e aumentar a probabilidade de sobre-endividamento que tem sido associada às habilitações na literatura.

Na maioria dos casos os consumidores referem que a razão que leva ao incumprimento reside na incapacidade para pagar. Assim, a disponibilidade financeira será determinante para garantir o cumprimento pontual das obrigações. Neste sentido, e conforme Anderloni et al. (2008) espera-se que aumentos no rendimento tenham um impacto negativo na probabilidade de estar sobre-endividado. Desta feita as famílias nas quais se registem níveis de rendimento mais elevados terão um decréscimo na probabilidade de sobre endividamento.

A vasta literatura existente aponta a importância do rendimento como determinante do sobre-endividamento. Apesar disso, a primeira parte do hurdle mostra-nos esta variável como sendo estatisticamente não significativa aos níveis habituais de significância estatística.

Como anteriormente referido, os resultados apresentados na segunda parte da Tabela 14 referem-se apenas a famílias que se encontram em estado de sobre-endividamento, pretendendo medir-se a gravidade desse incumprimento. Os resultados relativos à gravidade do sobre-endividamento indicam que agregados familiares sobre-endividados com maior rendimento detêm, em média, um menor número de créditos em incumprimento, mas que aqueles agregados sobre-endividados com maior disponibilidade financeira (ie, cujo rendimento mais se afasta do limiar da pobreza em sentido positivo) detêm, em média, um maior número de créditos em incumprimento. Verifica-se ainda que os indivíduos sobre-endividados que recorreram ao Gabinete de Lisboa detêm, em média, mais um crédito em incumprimento do que os que recorreram ao Gabinete de Aveiro (a categoria omitida) e que os que recorreram aos Gabinetes de Braga e do Porto detêm, em média, menos um crédito em incumprimento do que os que recorreram ao Gabinete de Aveiro.

**Tabela 14** - Estimativas dos efeitos marginais no modelo Hurdle

Parâmetro	Variável	Estimativa	Erro Padrão	p-value	95% IC		Média
$\alpha$	<i>Feminino</i>	-0.023	0.066	0.732	-0.151	0.106	0.55
	<i>DimAgreg</i>	0.001	0.064	0.992	-0.124	0.125	2.49
	<i>Dependentes</i>	0.009	0.067	0.891	-0.123	0.141	0.94
	<i>Idade</i>	$-7 \times 10^{-5}$	0.003	0.983	-0.006	0.006	47.22
	<i>Casado</i>	0.186	0.109	0.086	-0.027	0.399	0.53
	<i>Divorciado</i>	0.182	0.084	0.031	0.016	0.348	0.22
	<i>Viúvo</i>	0.153	0.128	0.233	-0.098	0.404	0.05
	<i>Escolaridade</i>	-0.068	0.093	0.463	-0.250	0.114	0.15
	<i>Priorização</i>	0.305	0.058	0.000	0.192	0.418	0.41
	<i>Emprego</i>	0.031	0.072	0.671	-0.111	0.173	0.58
	<i>Bancos</i>	-0.133	0.067	0.048	-0.265	-0.001	0.74
	<i>Rendimento</i>	$3 \times 10^{-4}$	$4 \times 10^{-4}$	0.432	$-4 \times 10^{-4}$	0.001	914.17
	<i>Disponibilidade</i>	$-3 \times 10^{-4}$	$4 \times 10^{-4}$	0.383	-0.001	$4 \times 10^{-4}$	532.22
	<i>Lisboa</i>	0.186	0.108	0.085	-0.026	0.399	0.07
	<i>Braga</i>	-0.079	0.084	0.345	-0.244	0.085	0.31
	<i>Porto</i>	-0.100	0.083	0.232	-0.263	0.064	0.32
$\beta$	<i>Feminino</i>	-0.187	0.223	0.401	-0.625	0.250	0.53
	<i>DimAgreg</i>	0.224	0.209	0.284	-0.185	0.633	2.57
	<i>Dependentes</i>	-0.237	0.213	0.265	-0.653	0.180	0.99
	<i>Idade</i>	0.013	0.011	0.275	-0.010	0.035	47.32
	<i>Casado</i>	-0.784	0.437	0.073	-1.641	0.074	0.57
	<i>Divorciado</i>	-0.073	0.352	0.835	-0.763	0.617	0.23
	<i>Viúvo</i>	-0.389	0.521	0.456	-1.411	0.633	0.05
	<i>Escolaridade</i>	0.086	0.332	0.796	-0.565	0.737	0.12
	<i>Priorização</i>	-0.435	0.224	0.052	-0.875	0.004	0.53
	<i>Emprego</i>	0.154	0.267	0.564	-0.369	0.677	0.61
	<i>Bancos</i>	0.087	0.239	0.716	-0.381	0.555	0.70
	<i>Rendimento</i>	-0.005	0.001	0.000	-0.007	-0.003	907.92
	<i>Disponibilidade</i>	0.005	0.001	0.000	0.003	0.008	523.09
	<i>Lisboa</i>	1.087	0.464	0.019	0.179	1.996	0.09
	<i>Braga</i>	-0.758	0.261	0.004	-1.269	-0.248	0.28
	<i>Porto</i>	-0.904	0.250	0.000	-1.394	-0.414	0.31

Nota: Na estimação de  $\alpha$  tem-se N=288 e Teste de Wald para a hipótese nula de que todos os coeficientes são nulos com estatística  $\chi^2_{(16)}=44.44$  e p-value<0.001. Na estimação de  $\beta$  tem-se N=173 e Teste de Wald para a hipótese nula de que todos os coeficientes são nulos com estatística  $\chi^2_{(16)}= 82.02$  e p-value<0.001. O teste da hipótese nula de que os dados relativos ao número de créditos em incumprimento são gerados por um processo de Poisson produziu a estatística  $\chi^2_{(156)}= 156.73$  e p-value=0.4686, não se rejeitando a hipótese nula a níveis convencionais de significância.

## Capítulo IV – Conclusão

O sobre-endividamento é um fenómeno mundial extremamente complexo. A discussão em torno desta problemática aponta o crédito como o principal responsável pelas situações financeiras de grande gravidade. Destacando-se, do lado da oferta, a globalização dos mercados financeiros e a desregulamentação dos mercados de crédito (traduzida na maior facilidade no acesso ao crédito por parte dos grupos de maior vulnerabilidade financeira, pelas reduzidas taxas de juro que favoreceu, essencialmente, a aquisição de casa por parte das famílias e, ainda, pela entrada de novas instituições bancárias no mercado). Do lado da procura, destacaram-se os desvios cognitivos dos consumidores (que estimulam a procura pelo crédito) e os choques adversos que os consumidores estão sujeitos (instabilidade profissional, divórcio, doença e etc.).

A desregulamentação financeira verificada nas últimas décadas proporcionou alterações significativas no consumo e na poupança, traduzidas pelo aumento das taxas de crescimento de consumo e do endividamento do consumidor e pela diminuição do nível de poupança das famílias. Os níveis de endividamento deixaram rapidamente de assumir padrões sustentáveis passando a multiplicarem-se os casos de sobre-endividamento, um problema significativo nos estados membros da UE em meados da década de 1990 (Betti et al., 2007). A taxa de endividamento das famílias portuguesas destaca-se como sendo uma das mais elevadas da UE. Os problemas que Portugal enfrenta ou, mais concretamente, os problemas que as famílias portuguesas enfrentam são, efetivamente, fator de preocupação diária e um problema cada vez mais atual.

O sobre-endividamento rapidamente deixa de ser apenas uma questão financeira. Esta problemática afeta de forma negativa as relações sociais e familiares dos indivíduos, o seu bem-estar físico e psicológico, o ambiente profissional e a sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

O presente trabalho teve como objetivo determinar o perfil (estatístico) do consumidor endividado e a estrutura (estatística) do seu endividamento, tendo utilizado para esse fim os micro-dados de quatro dos gabinetes da Rede de Apoio ao Consumidor Endividado em Portugal. Estes dados foram também utilizados na análise multivariada, na estimação do designado modelo hurdle, no sentido de averiguar quais os fatores que, em média, mais explicam e contribuem para o sobre-endividamento e a sua gravidade (medida em termos do número de créditos em incumprimento).

Da investigação empírica efetuada aos 665 processos constatou-se que a maioria dos consumidores são casados e com filhos, possuem idade compreendida entre os 37 e os 47 anos, encontram-se multiendividados e numa situação de sobre-endividamento (são os indivíduos do sexo masculino os que solicitam ajuda mais tarde), possuem emprego, o nível de rendimento líquido do agregado é superior àquele que se designa por limiar da pobreza e a maior parte da sua dívida encontra-se junto dos bancos tradicionais. A redução do rendimento, o desemprego e o divórcio foram as principais razões evidenciadas pelos consumidores para se encontrarem com dificuldades financeiras para honrar com os seus compromissos de crédito, o que confirma a ideia de que predominam as causas passivas do problema (European Commission (2008)).

Outro dos aspetos de relevância verificados foi que os níveis mais elevados de incumprimento se encontram junto dos bancos secundários, contribuindo para tal situação o significativo nível de incumprimento afeto ao Barclays.

Como evidenciado no capítulo II, um dos mais importantes fatores associados ao sobre-endividamento é o rendimento do agregado familiar, estando os baixos rendimentos ligados a uma maior probabilidade de sobre-endividamento (European Commission, 2008 e Anderloni et al., 2008). Neste sentido, o sinal esperado para a variável rendimento seria negativo. Contudo, o estudo empírico efetuado com objetivo de apurar os determinantes desta problemática (parte superior da tabela 14) não corrobora o evidenciado na literatura, uma vez que a variável *Rendimento* não se mostrou estatisticamente significativa.

Além disso, através do capítulo I, verificou-se que o esforço financeiro é calculado de forma simples por meio de um rácio (a taxa de esforço), esquecendo a não linearidade do esforço já que os indivíduos terão naturalmente que suprir as suas necessidades básicas. Deveria por isso, acautelar-se o limiar da pobreza no rendimento do consumidor, ficando este sempre disponível, e só depois calcular, em relação à fatia remanescente uma taxa de esforço sobre a qual emprestar. O atual rácio pode levar a interpretações erradas em termos de solvabilidade do consumidor. Posto isto, optou-se no estudo empírico por criar a variável *Disponibilidade* com o objetivo de encontrar a disponibilidade financeira do consumidor que pode ser afeta ao pagamento das respetivas responsabilidades de crédito. Embora a literatura não faça referência a esta variável, como determinante do sobre-endividamento, especulava-se um sinal positivo, no entanto, esta variável não se mostrou estatisticamente significativa.

Além do rendimento, a variável região é outro dos fatores económicos que a literatura aponta como tendo influência na probabilidade de sobre-endividamento (Schicks (2010; 2013) e Silva, 2014), destacando que os indivíduos que residem em zonas urbanas os que apresentam maior probabilidade de sobre-endividamento dada a existência de maiores níveis de oferta de produtos nesses meios, passíveis de serem adquiridos a crédito. De modo a averiguar esta situação optou-se por utilizar a localização dos gabinetes (Porto, Lisboa, Braga e Aveiro), que em geral ajudam, na sua grande maioria, indivíduos com residência no mesmo distrito de localização do respetivo gabinete. Contudo, o estudo não corrobora o postulado na literatura, uma vez que as respetivas variáveis não são estatisticamente significativas.

Como pôde ser verificado no capítulo II, a literatura salienta que as variáveis sociodemográficas estão relacionadas com a probabilidade de sobre-endividamento, destacando as habilitações literárias, o número de dependentes a cargo, dimensão do agregado, o estado civil, a situação laboral, a literacia financeira, a idade e o género (Disney et al. (2008), European Commission (2008; 2013), Lusardi et al. (2011), Schicks (2014), Stango et al. (2009), Silva (2014) e Schicks (2010; 2013)). Ao que se conseguiu apurar, menores níveis de educação aumentam a probabilidade de sobre-endividamento, sendo esperado, portanto, um sinal negativo da variável; quanto maior o agregado familiar ou o número de dependentes maior a probabilidade de sobre-endividamento, esperando portanto um sinal positivo destas variáveis; estar desempregado ou divorciado aumenta a probabilidade de sobre-endividamento e, portanto, a ser esperado um sinal positivo em ambos os casos; relativamente às variáveis idade e género a literatura é pouco consensual, ainda assim, são muito utilizadas nos estudos empíricos como variáveis de controlo. O estudo efetuado, de entre as variáveis sociodemográficas, permitiu apenas corroborar o evidenciado pela literatura no que diz respeito ao estado civil, revelando que são os indivíduos divorciados ou separados os que apresentam uma maior probabilidade de sobre-endividamento.

Outro dos aspetos postulados na literatura diz respeito à natureza da instituição com que é contratualizado o crédito, pelo consumidor, destacando as SFACs como as que estão associadas a uma maior probabilidade de sobre-endividamento (Silva, 2014). Instituições estas que surgiram com a desregulamentação dos mercados de crédito e consigo trouxeram novos produtos, com amortizações mais flexíveis da dívida (como o caso dos cartões de

crédito), que facilmente eram adquiridos por qualquer indivíduo e rapidamente assumiram elevada importância no mercado de crédito, como verificado no capítulo I. Os resultados do estudo econométrico permitem confirmar o evidenciado pela literatura ao verificar que os indivíduos que possuem a maior parte da dívida contraída juntos dos bancos secundários apresentam maior probabilidade de sobre-endividamento. Este resultado sublinha a importância da regulação do crédito. Deveria o regulador acautelar que as boas práticas prudências fossem mandatórias no sistema financeiro de modo a que todas as instituições conseguissem reduzir a exposição do consumidor no interesse geral.

Existe escassa evidência relativamente ao conhecimento que os consumidores possuem relativamente ao conteúdo dos contratos firmados bem como a questões relativas às consequências de um incumprimento parcial ou generalizado. De forma recorrente tende a colocar-se o conhecimento do indivíduo, no que concerne às questões financeiras, no âmbito da literacia financeira, e que frequentemente é aproximado por medidas de formação académica. Se por um lado a questão da formação académica parece insuficiente para retratar a capacidade de perceção e controlo das obrigações financeiras, por outro está ainda mais distante da compreensão do conteúdo contratual e respetivo enquadramento jurídico. Em suma, muitos indivíduos são até capazes de descortinar as suas capacidades financeiras, mas poucos são os que têm completo conhecimento das consequências existentes relativamente ao incumprimento contratual.

É certo que os indivíduos têm a noção de que na presença de um contrato com uma garantia real, por via de hipoteca ou penhor, o incumprimento levará à perda do bem. Já é mais dúbio o entendimento das reais consequências do incumprimento de mútuos sem *cross defaults*.

Fruto destes pré-conceitos os indivíduos tendem a tratar de forma diferente os seus contratos já que não percebem que o incumprimento produz consequências que se estendem aos contratos que estão em dia. Mais ainda, na situação de incapacidade de cumprimento integral das obrigações tendem a cumprir parcialmente com os créditos que consideram mais importantes. Do nosso conhecimento este comportamento não foi ainda retratado nesta perspetiva na literatura, sendo certo que existe uma expectabilidade relativa ao facto de que encontraremos no mesmo indivíduo créditos em dia e créditos incumpridos, algo que revela o desconhecimento da possibilidade de contágio dos *defaults* aos outros contratos.



Para medir este efeito construiu-se uma variável de interação que resulta do produto de duas variáveis binárias ( $D_{3i}$  e  $D_{4i}$ ). Em primeira instância infere-se da regularidade dos contratos com garantia real<sup>19</sup> (habitação, automóvel ou outros e de forma sequencial) atribuindo-se o valor 1 se este contrato estiver regular. Seguidamente avaliam-se os restantes créditos relativamente a eventual mora, ou seja  $D_{4i}$  tomara o valor 1 se existirem outros créditos em mora.

Esta variável tomara por isso, apenas e somente, o valor 1 no caso de o consumidor cumprir com o crédito com garantia real ao mesmo tempo que incumpra com os demais, sendo que este coeficiente retratará o impacto marginal na probabilidade de uma diferente valorização dos créditos. A sua significância estatística revelará não apenas a diferente valorização/priorização dos créditos como o desconhecimento relativamente a eventual contágio dos contratos em *defaults* relativamente aos demais. Por estranho que possa soar, o facto é que juridicamente o indivíduo está a tomar uma decisão irracional quando paga um crédito e relaxa outro já que, por força de ação executiva, quando desonerado da primeira obrigação o bem ficará à mercê do credor dos demais créditos que serão executantes dos contratos em mora. É igualmente de nosso entendimento que os indivíduos atuam desta forma por desconhecimento de causa, estando despreocupados na tomada desta atitude irracional em detrimento de uma tentativa de renegociação generalizada com vista à diminuição dos encargos mensais, tornando exequível o integral cumprimento das obrigações.

Quando analisada a gravidade do sobre-endividamento, utilizando as mesmas variáveis explicativas usadas para averiguar quais os determinantes desta problemática, foi possível apurar que são os agregados familiares sobre-endividados com maior rendimento que detêm, em média, um menor número de créditos irregulares. Ainda sim, os agregados familiares sobre-endividados com maior disponibilidade financeira são os que, em média, detêm um maior número de créditos em situação irregular. Nesta fase do estudo empírico as variáveis associadas ao dinheiro disponível pelo agregado revelam-se estatisticamente significativas.

Por último, conseguiu apurar-se que os consumidores que recorreram ao gabinete de Lisboa (GOEC) são os que possuem, em média, mais um crédito irregular do que os que

---

<sup>19</sup> Apenas se utiliza os dados da regularidade do crédito automóvel, caso o indivíduo não possua crédito à habitação. Na ausência, por parte do indivíduo, dos créditos à habitação e automóvel é que se utiliza os dados relativos à regularidade de outros créditos com garantia real.

recorreram a ajuda junto do gabinete de Aveiro e os gabinetes do Norte (CIAB e CICAP) são os que possuem, em média, menos um crédito em incumprimento que o gabinete do Centro do país (Aveiro). Esta conclusão enfatiza que a urbanidade está ligada ao sobre-endividamento. Assim uma questão relevante para a investigação futura passaria pela construção de padrões nacionais contemplando a totalidade da rede de gabinetes da RACE e outras organizações de apoio aos sobre-endividados.

Também se revela interessante a desmistificação do conceito de literacia financeira procurando *proxies* mais adequadas para medir a compreensão dos contratos por parte dos consumidores uma vez que a formação académica per se não é garante da tomada de decisões racionais.

Através de uma análise mais direcionada à segmentação das instituições financeiras e respetiva política de crédito poderia munir o regulador de elementos que influenciassem opções de política de crédito responsável. Seria igualmente relevante a análise deste mesmo fenómeno na perspetiva do banco, as medidas implementadas com vista à recuperação dos fundos mutuados e respetiva política de risco.

## Bibliografia

- Anderloni, L.; Vandone, D. (2008). Households Over-Indebtedness in the Economic Literature. Working Paper n° 2008-46. *State University of Milan, Department of Economics, Business and Statistics*.
- Backhaus, J. (2012). *Handbook of the History of Economic Thought*. London: Springer.
- Backhouse, R. (2002). *The Penguin History of Economics*. London: Penguin Books.
- Banco de Portugal (2012). Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalhos. Lisboa.
- Baudrillard, J. (1991). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Betti, G.; Dourmashkin, N.; Rossi, M.; Verma, V; Yin, Y. (2001). Study of the problem of Consumer Indebtedness: Statistical Aspects. *OCR Macro*, Report submitted to the Commission of the European Communities.
- Betti, G.; Dourmashkin, N.; Rossi, M.; Yin, Y. (2007). Consumer over-indebtedness in the EU: measurement and characteristics. *Journal of Economic Studies*, 34 (2), 136 – 156.
- Braucher, J. (2006). Theories of Over-Indebtedness: Interaction of Structure and Culture. Arizona Legal Studies Discussion Paper n. 06-04.
- Campbell, J.; Jackson, H.; Madrian, B; Tufano, P. (2011). Consumer Financial Protection. *Journal of Economic Perspectives*, 25 (11), 91-144.
- Costa, S. (2012). Probabilidade de Incumprimento das famílias: Uma análise com base nos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias. *Relatório de estabilidade financeira*, Banco de Portugal.
- D'Alessio, G.; Lezzi, S. (2013). Household over-indebtedness: definition and measurement with Italian data. Occasional papers n°149. *Bank of Italy*

- Dickerson, A. (2008). Over-indebtedness, the subprime mortgage crisis, and the effect on U.S. cities. *Fordham Urban Law Journal*, 36(2), 393-425.
- Disney, R.; Bridges, S.; Gathergood, J. (2008). Drivers of Over-indebtedness. *Centre for Policy Evaluation*, University of Nottingham, Report to the Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform.
- European Commission (2008). Towards a Common Operational European Definition of Over-Indebtedness. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, European Commission, Brussels.
- European Commission (2013). The over-indebtedness of European Households: updated mapping of the situation, nature and causes, effects and initiatives for alleviating its impact. European Consumer debtnetwork.
- Frade, C. (2007). A Regulação do Sobreendividamento. Tese de Doutoramento em Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Frade, C.; Lopes, C. (2006). The fable of the grasshopper and the ant or a short story about the psychological determinants of consumer financial profiles, European Credit Research Institute (org.), Consumer Financial Capability: Empowering European Consumers. *European Credit Research Institute*, Bruxelas, 24-37.
- Frade, C.; Lopes, C.; Jesus, F.; Ferreira, T. (2008). Um perfil dos sobreendividados em Portugal. *Relatório do Centro de Estudos Sociais – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, Portugal.
- Franselle, N. (1998). *Crédit, endettement et surendettement des ménages*. France: Crisp.
- Friedman, M. (1957). *Theory of the Consumption Function*. Princeton University Press, Princeton, NJ.
- Gardaz, M. (1997). *Le surendettement des particuliers*. Paris: Anthropos.
- Gathergood, J. (2012). Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. *Journal of Economic Psychology*, 33, 590–602.

- Gelpi, R-M; Juloen-Labrbruyère, F. (2000). História do crédito ao consumo. Doutrinas e Práticas. Cascais: Principia.
- Greene, W.H. (2003). *Econometric Analysis*, 5<sup>th</sup> Ed., Prentice-Hall.
- Gross, K. (1997). *Failure and forgiveness: rebalancing the bankruptcy system*. London: Yale University Press.
- Haas, O. (2006). Overindebtedness in Germany. Working Paper n° 44. Social Finance Program, International Labour Office Geneva
- Harris, R; Albin, E. (2006). Bankruptcy Policy in Light of Manipulation in Credit Advertising. *Theoretical Inquiries in Law*, 72(2), 431-466.
- Hiest, J; Loridant, P. (1997). Surendettement – Prévenir et Guérir. Les rapports du Sénat, n°60. *Sénat, Paris*.
- Jappelli, T.; Pagano, M.; Bianco, M. (2005). Courts and Banks: Effects of Judicial Enforcement on Credit Markets. *Journal of Money, Credit and Banking*, 37 (2), 223-244.
- João, L.; Martins, A.; Gonçalves, J. (2014). Crescimento Económico e Financiamento da Economia Portuguesa. *Boletim mensal de Economia Portuguesa (BMEP) n°11*, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI).
- Kempson, E. (2002). Over-indebtedness in Britain: A report to the Department of trade and Industry. *Personal Finance Research Centre*, University of Bristol.
- Khayat, D. (1999). *Les surendettement des ménages*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kilborn, J. (2007). Out with the new, in with the old: as Sweden Aggressively streamlines its consumer bankruptcy system, have U.S. reformers fallen off the learning curve? *American Bankruptcy Law Journal*.

- Kish, A. (2006). Perspectives on Recent Trends in Consumer Debt. *Federal Reserve Bank of Philadelphia*, Philadelphia, PA..
- Lusardi, A.; Schneider, D.; Tufano, P. (2011). Financially Fragile Households: Evidence and Implications. Working Paper nº17072. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA.
- MacDonal, S.; Gastmann, A. (2001). A History and Power in the Western World. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Marques, M.; Neves, V.; Cruz, C.; Lobo, F.; Pinto, P.; Frade, C. (2000). *O endividamento dos consumidores*. Portugal: Almerinda.
- Marques, M.; Frade, C. (2004). *Regular o sobreendividamento*. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (org.). Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora, 79-98.
- Masilo, K.; Rankhumise, E. (2014). The implementation of debt counselling: an exploratory study. *Problems and Perspectives in Management*, 12, 334 – 339.
- McDowell, A. (2003). From the help desk: hurdle models. *Stata Journal*, 3(2), 178-184.
- Modigliani, F.; Brumberg, R. (1954). Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. K. K. Kurihara (Ed.), *Post Keynesian Economics*, New Brunswick NJ: Rutgers University Press.
- Mohan, L.; Potnis, D.; Mattoo, N. (2013). A pan-India footprint of over-indebtedness of microfinance borrowers from an exploratory survey. *Enterprise Development and Microfinance*, 24 (1), 55-71.
- Münster, E.; Rüger, H.; Ochsmann, E.; Letzel, S.; Toschke, A. (2009). Over-indebtedness as a marker of socioeconomic status and its association with obesity: a cross-sectional study. *BMC Public Health*, 9(286), 304-310.
- Ottaviani, C.; Vandone, D. (2010). Impulsivity and household indebtedness. Working Paper nº 2010-28. Università Degli Studi Di Milano, Dipartimento Di Scienze Economiche Aziendali Statistiche.

- Pedreira, J. (2013). *Resgate das Famílias e Empresas do Sobre-endividamento Crónico*. Portugal: Princípia Editora.
- Raijas, A.; Lehtinen, A; Leskinen, J. (2010). Over-Indebtedness in the Finnish Consumer Society. *Journal of Consumer Policy*, 33, 209 – 223.
- Reifner, U.; Kiesilainen, J.; Huls, N.; Springeneer, H. (2003). Consumer Overindebtedness and Consumer Law in the European Union. *Institute for financial services*, Hamburg.
- Rueger, H; Weishaar, H; Ochsmann, E.B.; Letzel, S.; Muenster, E. (2013). Factors associated with self-assessed increase in tobacco consumption among over-indebted individuals in Germany: a cross-sectional study. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, 8(12), 1-8.
- Schicks, J. (2010). Microfinance Over-Indebtedness: Understanding its drivers and challenging the common myths. Working Paper N° 10/048. *Centre for European Research in Microfinance*, Free University of Brussels.
- Schicks, J. (2013). The Definition and Causes of Microfinance Over-Indebtedness: A Customer Protection Point of View. *Oxford Development Studies*, 41, 95-116.
- Schicks, J. (2014). Over-Indebtedness in Microfinance – An Empirical Analysis of Related Factors on the Borrower Level. *World Development*, 54, 301-324.
- Silva, A. (2014). Análise da probabilidade de um consumidor ficar sobre-endividado nos distritos de Braga e Viana do Castelo. Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de Empresas.
- Stango, V.; Zinman, J. (2009). Exponential Growth Bias and Household Finance. *The Journal of Finance*, 64 (6), 2807 – 2849.
- Sullivan, T.; Warren, E.; Westbrook, L. (2000). *The Fragile Middle Class. Americans in Debt*. New Have.

Zunzunegui, F. (2013). Over-Indebtedness and Mortgage Lending. Universidad Carlos III de Madrid – Faculty of Social Sciences and Law.

Zywicki, T. (2007). Consumer Bankruptcy. George Mason Law and Economics Research Paper n° 07-09.



**Anexo I – Ficha técnica dos Gabinetes GEACE-UA e GOEC**

**FICHA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO FINANCEIRA**

Nº DO PROCESSO: \_\_\_\_\_/2015

DATA DE RECEÇÃO: \_\_\_\_\_

1º CONTACTO: \_\_\_\_\_

Exmos. Senhores,

NOME COMPLETO:

\_\_\_\_\_

MORADA COMPLETA:

\_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_ CONTATO(S) TELEFÓNICO(S): \_\_\_\_\_

O preenchimento rigoroso e expansivo desta ficha é fundamental para o sucesso do acompanhamento técnico. **Por favor preencha com cuidado.**

Titular do rendimento	Origem	Valor mensal líquido
Titular	Ordenado:	
	Pensões:	
	Rendas:	
	Outros (Especifique):	
Cônjuge	Ordenado:	
	Pensões:	
	Rendas:	
	Outros (Especifique):	
Outros		
TOTAL MENSAL		

Assinale com um X as perguntas enunciadas abaixo.

## A. Dados Sociodemográficos do Agregado Familiar

### A1. Género

Feminino ☐

Masculino ☐

### A2. Composição do Agregado Familiar

Nº total de pessoas do agregado familiar que co-habitam..... ☐

Nº de filhos do agregado familiar..... ☐

Nº de filhos a cargo..... ☐

Nº de ascendentes a cargo..... ☐

### A3. Idades do Agregado

Titular..... ☐

Cônjuge..... ☐

Filhos..... ☐

Outros..... ☐

Quais (Especifique).....

### A4. Região/ Local onde Habita (especifique a região)

Norte..... ☐

Centro..... ☐

Lisboa e Vale do Tejo..... ☐

Alentejo..... ☐

Algarve..... ☐

Açores..... ☐

Madeira..... ☐

### A5. Estado Civil

Solteiro..... ☐

Casado/ União de facto..... ☐

Divorciado / Separado..... ☐

Viúvo..... ☐

### A6. Quais são as suas habilitações literárias?

Sem habilitações Literárias ..... ☐

1º, 2º, 3º ou 4º ano (antiga instrução primária) ..... ☐

5º ou 6º ano (antigo ciclo preparatório)..... ☐

7º, 8º ou 9º ano (antigo 3º, 4º e 5º liceal) ..... ☐

10º, 11º ou 12º ano (antigo 6º e 7º liceal) ..... ☐

Certificado técnico Profissional..... ☐

Grau Universitário..... ☐

Pós Graduação Ou Superior..... ☐

### A7. Qual a sua situação laboral?

Empregado:

Trabalhador por Conta Própria..... ☐

Trabalhador por Contra de Outrem ..... ☐

Full Time ..... ☐

Part Time ..... ☐

Desempregado ..... ☐

Recebe subsídio de Desemprego? .....

Se sim, responda às seguintes questões:

Qual o valor mensal? .....

Quando teve início? .....

Quando termina? .....

Reformado (Passe para a pergunta A.10)..... ☐

Estudante (Passe para a pergunta A.10)..... ☐

Doméstica (Passe para a pergunta A.10)..... ☐

Voluntário (Passe para a pergunta A.10)..... ☐

Outra (Especifique) ..... ☐

#### A8. Qual o seu tipo de vínculo laboral?

Efetivo..... ☐

Contrato a Termo certo..... ☐

Contrato a Prazo ou Precário..... ☐

Contrato a Tempo Parcial (Part-Time) ..... ☐

Sem Contrato..... ☐

#### A9. Qual a sua ocupação?

Trabalhador Indiferenciado..... ☐

Operário Qualificado..... ☐

Técnico Superior..... ☐

Empregador..... ☐

Quadro Superior (especifique)..... ☐

#### A10. Qual é, aproximadamente, o rendimento líquido mensal de que dispõe?

Sem Rendimentos ..... ☐

Inferior ao Ordenado Mínimo..... ☐

Ordenado Mínimo (505€)..... ☐

506€ - 805€..... ☐

806€ - 1200€..... ☐

1201€ - 1780€..... ☐

1781€ - 2150€..... ☐

Superior a 2150€..... ☐

#### B. Atitudes e comportamentos financeiros do agregado familiar

##### B1. Quem faz a gestão do orçamento familiar?

O próprio..... ☐

Outra pessoa..... ☐

Em conjunto..... ☐

##### B2. Consegue Poupar?

Sim..... ☐

Não..... ☐

##### B3. Qual o tipo de instituição financeira que costuma recorrer?

Bancos..... ☐

Instituições Financeiras de Crédito..... ☐

Outras ..... ☐

##### B4. Que meio de pagamento utiliza nas suas compras?

Dinheiro.....	<input type="checkbox"/>
Transferência Bancária.....	<input type="checkbox"/>
Cartão de débito.....	<input type="checkbox"/>
Cheque.....	<input type="checkbox"/>
Cartão de Crédito.....	<input type="checkbox"/>
Outros (Especifique).....	<input type="checkbox"/>

#### B5. Com que frequência recorre ao crédito?

Pelo menos uma vez por semana.....	<input type="checkbox"/>
Duas vezes por mês.....	<input type="checkbox"/>
Uma vez por mês.....	<input type="checkbox"/>
Ocasionalmente.....	<input type="checkbox"/>
Raramente.....	<input type="checkbox"/>

#### B6. Quais os tipos de crédito contraídos?

	Sim	Não
<b>Crédito à Habitação</b> .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(Se sim responda também à questão B6.1.)		

#### Crédito ao Consumo:

##### Revolving

Cartão de Crédito .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Descoberto Bancário .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crédito em Conta Corrente .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Automóvel .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal:		
Saúde .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energias Renováveis .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Locação Financeira de Equipamentos .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros Créditos Pessoais .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### Crédito Consolidado

#### Financiamento de Atividade Empresarial ou Equiparada

<b>Outros Créditos</b> .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
------------------------------	--------------------------	--------------------------

#### B6.1. Tem crédito à habitação?

Qual o valor de avaliação do Imóvel? .....

Data de avaliação do Imóvel? .....

#### B7. Quais os motivos que o levaram a recorrer ao crédito?

	Sim	Não
Aceder a bens essenciais .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pagar outras dívidas.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter/melhorar o estilo de vida.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade em obter crédito.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicidade ao crédito .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades financeiras .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ajudar um familiar/amigo.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra (Especifique).....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**B8. Possui dívidas:**

	Sim	Não	Quantidade	Valor
Bens e Serviços.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança Social.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Finanças.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Particulares.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**B9. Razão para o não pagamento ou dificuldades no cumprimento das Responsabilidades de Crédito?**

Falta de controlo.....	<input type="checkbox"/>
Redução do rendimento familiar.....	<input type="checkbox"/>
Agravamento dos custos de crédito.....	<input type="checkbox"/>
Perca de emprego.....	<input type="checkbox"/>
Falecimento de um elemento do agregado familiar.....	<input type="checkbox"/>
Divórcio.....	<input type="checkbox"/>
Doença.....	<input type="checkbox"/>
Penhora/Ação de Execução.....	<input type="checkbox"/>
Fiador/Avalista.....	<input type="checkbox"/>
Atraso no Pagamento de Salário.....	<input type="checkbox"/>
Outro (especifique),.....	<input type="checkbox"/>

**B11. Despesas mensais do agregado familiar:**

Especificar a(s) despesa(s)	Valor Mensal
<b><u>B11.1. Habitação</u></b>	
Arrendamento de habitação	
Seguro da Habitação	
Condomínio	
Água	
Eletricidade	
Gás	
IMI	
<b><u>B11.2. Comunicações</u></b>	
Telefone fixo	
Internet	
TV de Assinatura	
Telemóvel	
Outras Despesas	
<b><u>B11.3. Alimentação</u></b>	
Compras de Supermercado	
Almoço, jantar fora de casa	
Outras Despesas	

Tabaco	
Cafés/Bar	
<b>B11.4. Transportes</b>	
Seguro Automóvel Mensal	
Combustível	
Estacionamento	
Transportes Públicos	
Imposto Único de Circulação	
Outras Despesas	
<b>B11.5. Outros</b>	
Educação (Titular/Cônjuge/Filhos)	
Saúde	
Pensão de Alimentos	

**B11. Despesas mensais do agregado familiar:**

Especificar a(s) despesa(s)	Valor Mensal
<b>B11.5. Outros (cont.)</b>	
Lares	
Lazer	
Beleza	
Ginásio	
Outros	
<b>TOTAL MENSAL</b>	

**B12. Poupanças mensais de Agregado Familiar**

	Valor
Plano Poupança Mensal	
PPR	
Fundo de Pensões	
Outras Poupanças Mensais	
<b>TOTAL DE POUPANÇAS MENSAIS</b>	

**B13. Pretende resolver a sua situação financeira?**

Sim (Passe para a pergunta seguinte) ..... ☐

Não (Terminou o respetivo questionário) ..... ☐

**B14. Que tipo de recurso irá utilizar?**

Renegociação dos contratos..... ☐

Recurso a um gabinete de apoio ao sobre-endividado..... ☐

Recurso a empresas que efetuam a consolidação e renegociação dos créditos..... ☐

Insolvência ..... ☐

---

**B15. Identificação de todos os créditos do Agregado**

*Notas: 1- Juntar mapa de responsabilidade de crédito do Banco de Portugal (Pode ser adquirida no site da Internet do Banco De Portugal) 2- Juntar cópia dos contratos e/ou da última correspondência*

Nome da entidade credora (Banco, SFAC,...)	Identificação do contrato	Tipo de Crédito (Habitação, Pessoal, Cartão de Crédito, Outros)	Data Celebração do Contrato	Montante Inicial	Montante do crédito em dívida	Data Termino do Contrato	Montante Prestação mensal	Data Incumprimento	Já foi objeto de renegociação SIM/NÃO
<b>Total</b>									

## This image shows a full page of blank, lined paper. It features approximately 30 horizontal black lines spaced evenly across the page, typical of notebook paper. The lines are thin and extend from the left edge to the right edge. There are no margins, text, or other markings on the page.